



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 593 - DE 25 DE AGOSTO A 8 DE SETEMBRO DE 2019 - R\$ 4,00

Bolsonaro e o Congresso Nacional mantêm a ofensiva contra os explorados

Reorganizar o movimento, preparando uma nova greve geral

Não à entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos!

Combater nas ruas o plano de privatização e desnacionalização

Que os capitalistas arquem com sua crise. Não pagamento da dívida pública!

Em defesa de um único sistema de educação público, científico, vinculado à produção social

Abaixo a reforma da Previdência!

Derrubar a reforma trabalhista e a lei da terceirização!

Lutemos contra o desemprego e subemprego, pela redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários

Organizar a frente única anti-imperialista



79 anos do assassinato de Leon Trotsky
Viva a IV Internacional!

Superar a crise de direção, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Não arriar a bandeira, não desviar o caminho da luta Constituir a frente única anti-imperialista

A frente burocrática das centrais sindicais se reuniu no dia 21, para concluir o que não está colocada a convocação de uma nova greve geral. Reconheceu a gravidade da situação. No entanto, concluiu que o máximo que se pode fazer é utilizar o “grito dos excluídos”, para uma manifestação conjunta. Agora, as pressões se voltariam ao Senado, que dará a palavra final sobre a reforma da Previdência. Em uma próxima reunião, será aprovado um calendário de mobilização. Ficou assentado que, em setembro, as centrais farão pressão sobre a CCJ do Senado, que encaminhará formalmente o projeto da Previdência aprovado na Câmara dos Deputados. Além disso, os presentes referiram-se à MP 881, da Liberdade Econômica, desconto sindical, demissão de servidores públicos, regulamentação do direito de greve dos servidores, MP FGTS, salário mínimo, reforma Tributária, etc.

Tudo leva a crer que a reunião foi positiva, uma vez que considerou que a luta contra a reforma da Previdência continua, e que as centrais se mantêm unidas. Esse foi o tom do comunicado da CUT e da CSP-Conlutas. A reunião foi uma boa oportunidade para avaliar o motivo do desmonte do movimento, depois da greve geral de 14 de junho. As centrais tinham a obrigação de explicar por que a Câmara de Deputados votou a reforma da Previdência sem que houvesse luta em todo o país. Teriam também de apresentar as posições diante da avaliação da CUT, de que não é possível a convocação de uma nova greve geral, porque os sindicatos ainda estão sob os efeitos de multas e demissões. É sintomático que a CSP-Conlutas, em seu comunicado, se omite diante dessa explicação da burocracia cutista.

No final das contas, o que resultou da reunião foi que não se convocará uma nova greve geral, e se farão manifestações inócuas diante da vitória de Bolsonaro, assegurada na aprovação da reforma da Previdência em 6 de agosto. Ocorre que todas as centrais presentes são responsáveis pela política derrotista, de condicionar o movimento às discussões e decisões da Câmara de Deputados. A frente burocrática traiu os explorados, ao limitar a greve geral de junho, levando o movimento à derrota. Está aí por que a CUT justificou sua indisposição de convocar uma nova greve geral, dando a ideia de que a realizada no dia 14 de junho foi desastrosa.

Bolsonaro e o Congresso Nacional aproveitaram o recuo das centrais para avançar em suas medidas antinacionais e antipopulares. Está a caminho a MP da “liberdade econômica”, o plano de privatizações e a entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos. A política de colaboração de classes, que imperou na frente burocrática, expôs a impotência das

direções diante dos ataques da burguesia, do governo e do Congresso Nacional à maioria oprimida. Essa direção quer fazer crer que a responsabilidade e a impotência são dos próprios trabalhadores. Se a luta contra a aprovação final do projeto da reforma da Previdência no Senado depender da orientação política da reunião das centrais, é previsível que nada será feito para levantar os explorados contra os exploradores. O que se estende à luta contra a MP 881, as privatizações e a violação do direito de greve.

Sem a avaliação crítica do derrotismo, não se pode entender o porquê da dificuldade de convocar uma nova greve geral. E não se pode rechaçar o argumento da direção da CUT, que responsabiliza a própria greve geral pela inviabilidade de uma nova convocação. Sem uma poderosa organização nacional da classe operária e demais explorados, não é possível defender, de fato, as reivindicações e derrotar o governo. A frente burocrática já se mostrou avessa a cumprir essa tarefa.

Há que se travar a luta nas bases dos sindicatos e no seio dos explorados em geral, contra a política de conciliação de classes e pela defesa do programa de reivindicações e métodos próprios de luta da classe operária. A reforma da Previdência é um primeiro passo de Bolsonaro no golpe desferido contra as condições de existência dos trabalhadores. A burocracia sindical acenou com desvios, ao se colocar por trás das disputas interburguesas em torno à reforma tributária, por exemplo. Um setor da burguesia e pequena burguesia contesta as mudanças de Bolsonaro, em várias áreas da administração pública. As inúmeras reações, provenientes do conflito interburguês, são muito atrativas aos reformistas e às direções sindicais burocráticas (Amazônia, Lava Jato, Abuso de Autoridade, poder de investigação dos auditores, etc.). O governo necessita se firmar como bonapartista. E assim tem provocado crises políticas sucessivas. O PT e aliados estão empenhados em se recuperar eleitoralmente. Tudo farão para manter as organizações sindicais subordinadas a esse objetivo. O reflexo negativo dessa política já se expressou no derrotismo.

A luta da vanguarda pela frente única classista em defesa das reivindicações mais elementares dos explorados e contra as reformas antipopulares continua vigente. Para superar a política da frente burocrática, é preciso lutar por uma direção revolucionária e pela organização independente da classe operária diante da política burguesa. É obrigatório responder ao plano de privatização, à entrega da Base de Alcântara ao imperialismo e à desnacionalização. O que pressupõe constituir a frente única anti-imperialista.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Declaração do Partido Operário Revolucionário

A Amazônia e o meio ambiente só serão preservados pela Revolução Proletária

23 de agosto de 2019

Os 20 dias de incêndios na Amazônia só foram noticiados quando as nuvens de fumaça, que percorrem o caminho em direção ao Sudeste do Brasil, se chocaram com uma frente fria, e criaram uma escuridão eclíptica no meio da tarde, e uma chuva apelidada de “café fraco”, de tão suja, em São Paulo. As fotos dos satélites, as medições de temperatura no continente, e as medições químicas da chuva escura não deixaram nenhuma dúvida de que o fenômeno teve causa nas intensas queimadas na Amazônia. Queimadas essas estimuladas por sucessivas medidas do governo Bolsonaro, que, com promessas de impunidade, incentivam o ataque às regiões demarcadas e de proteção ambiental.

A devastação da floresta tem causado espanto e protesto de todo tipo. A grande imprensa internacional estampou suas capas com as queimadas e suas consequências ambientais. Os governos europeus suspenderam os aportes financeiros ao ambientalismo amazônico brasileiro, e ameaçaram rejeitar os acordos de livre comércio com o Brasil. Os reformistas e esquerdistas de toda parte apontam os dedos para a responsabilidade do governo Bolsonaro, e procuram tirar o máximo de lucro eleitoral da questão, como se no governo Dilma Rousseff/PT não tivesse ocorrido também uma explosão de queimadas na região. Ambientalistas pequeno-burgueses pedem a intervenção externa sobre o país, reforçando a ausência de soberania nacional, e como se os governos europeus não tivessem interesses devastadores sobre a Amazônia e o continente.

A região amazônica está ameaçada hoje, mais que antes, por conta das necessidades econômicas das multinacionais. Especialmente as grandes mineradoras, as madeireiras e o agro-negócio ambicionam romper com os limites das demarcações indígenas e proteção ambiental, com o propósito de explorar a região, ainda relativamente virgem ao saque capitalista. A proteção vigente, que corresponde a outros interesses capitalistas, principalmente europeus (posse de grande volume de água potável, reserva de minérios, atenuador das consequências da elevada poluição e tendências à elevação geral da temperatura, etc.) já não é mais compatível com as necessidades imediatas do capital financeiro e multinacional norte-americano. Tanto uma fração quanto a outra do imperialismo se batem, atribuindo à região o nome de “nossa Amazônia”, com caráter de dominação imperialista.

O governo Bolsonaro, que se apresenta como “ultraliberal”, na verdade atua como protetor dos interesses gerais e parti-



O mais importante é que a destruição do meio ambiente é parte da destruição geral causada pela decomposição do modo de produção capitalista, em sua fase imperialista, de guerras e revoluções.

culares das frações imperialistas norte-americanas que sustentam o governo Trump, e que pretendem fazer a roda da História girar para trás, contendo a desindustrialização da potência, aumentando seu protecionismo, e procurando preservar seus interesses, intervindo fortemente sobre as demais economias do planeta, seja por meio da guerra comercial, seja por meio da ação militar. Essas frações almejam deslocar a presença do capital europeu na América Latina, restabelecendo a autoridade ianque no continente.

O meio ambiente tem sido devastado no mundo todo. O aumento da temperatura é mensurável e já apresenta consequências terríveis. O desaparecimento de geleiras, no Ártico e Antártida, e do gelo em picos de montanhas em todos os continentes, indica a catástrofe que se gesta. As previsões de aumento do nível do mar para daqui a 50 anos já se realizaram. Os sete metros de elevação previstos, a seguir o rumo atual, virão antes do fim do século.

O mais importante é que a destruição do meio ambiente é parte da destruição geral causada pela decomposição do modo de produção capitalista, em sua fase imperialista, de guerras e revoluções. A incapacidade de aplicação da alta tecnologia de forma generalizada, por conta da queda tendencial da taxa de lucro; o estrangulamento dos mercados, causado pela superprodução e aumento crescente da miséria num polo e da riqueza no outro; a cada vez maior e mais gigantesca massa de capital fictício, sem vínculo com a produção real e cada vez mais distante dela; o esgotamento da partilha do mundo na 2ª Guerra Mundial, e o choque cada vez maior das fronteiras com as forças produtivas, contidas excessivamente; a realização da maior crise de superprodução capitalista da História, marcada pelo ano

2008, e que segue com tendências ainda mais destrutivas; a decadência cada vez mais geral e ampla da democracia burguesa, que naufraga mundialmente por conta da desintegração da base econômica; tudo isso obriga a sanha do capital financeiro e das multinacionais a elevarem a voracidade, e não a reduzi-la.

Para as grandes mineradoras, é imprescindível controlar as reservas mundiais de minérios; o agronegócio, que se expande sobre a base contraditória da tecnologia, aliada a crescentes formas pré-capitalistas de produção, precisa de maior território, para assegurar o valor artificial de suas commodities.

Não houve, não há e não haverá governo burguês, de esquerda ou direita, capaz de deter a sanha destruidora do capital financeiro internacional e das multinacionais.

A humanidade consegue produzir, hoje, com todo o desperdício existente, comida para mais de 9 bilhões de pessoas, num ano, um excedente suficiente para dois bilhões. No entanto, dos sete bilhões existentes, dois bilhões passam fome. Isso resulta diretamente da dinâmica capitalista (em decomposição) da produção de alimentos. O excedente e a destruição de riqueza são ainda muito maior na indústria, onde a validade das mercadorias tem de ser a menor possível, para servir a novas compras (preservação artificial de consumo).

A única saída possível para a humanidade passa pela expropriação e coletivização dos meios de produção e distribuição, ou seja, pela revolução proletária. Ao expropriar as grandes fazendas, as indústrias, os bancos, o grande comércio, será possível aplicar a alta tecnologia desenvolvida ao conjunto da produção social, elevando em várias ordens de grandeza a sua produtivi-

dade. No que se refere à área necessária à agricultura e pecuária, ela se reduzirá a uma ínfima parte da que é hoje realizada. Isso permitirá deixar a maior parte de todo o território disponível para que a própria natureza possa se manter e desenvolver.

A preservação da vida humana, em particular, e da vida, em geral, no planeta está ameaçada pela decomposição capitalista. Somente o socialismo pode oferecer uma saída não destrutiva. Desviar a mobilização das massas para outros caminhos, eleição de governos burgueses de esquerda, fortalecimento de posições de esquerda nos parlamentos e nas instituições do Estado, etc. só poderá levar ao caminho da hecatombe.

A classe operária e demais explorados devem rejeitar e combater qualquer influência do imperialismo nas decisões do Brasil. Cabe apenas ao povo brasileiro decidir que caminho tomar para a preservação da natureza. Somente a classe operária tem como tomar em suas mãos a real solução à penetração destrutiva do capitalismo na Amazônia. É a única classe que encarna o programa de transformação do capitalismo em socialismo. Unida aos camponeses, aos indígenas e à classe média arruinada, pode combater os interesses do imperialismo e da burguesia nacional servil. Pode enfrentar o governo antinacional e antipopular de Bolsonaro.

É preciso construir o partido revolucionário, organizar as massas e impulsionar sua luta com independência de classe por suas reivindicações, avançar ao socialismo, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias. A unidade nacional das massas em sua luta revolucionária será capaz de brear a destruição da Amazônia, do meio ambiente e do planeta.

Notas nacionais

A miséria e pobreza serão erradicadas com expropriação da burguesia

Segundo os critérios de medição da terrível situação de vida da maioria explorada e do paraíso da minoria exploradora que detém a concentração de riqueza, entre 2001 e 2014, houve redução da desigualdade e, no sentido contrário, entre 2014 e 2019, cresceu a desigualdade. Os dois períodos são distintos quanto às condições econômicas e a governabilidade. A partir de 2003, o País passou a ser governado pelo PT, que leva debaixo do braço a bandeira reformista de distribuição de renda, inclusão social, ações afirmativas, etc. Até 2008, período que cobre os dois mandatos de Lula, a economia interna e externa cresceu a taxas consideráveis. A sua sucessora, Dilma Rousseff, já não teve essa vantagem. A crise que eclodiu nos Estados Unidos, em 2008, e que se generalizou globalmente, empurrou o Brasil para a queda no crescimento, em 2014, e a recessão, dos dois anos seguintes. De maneira que o marco da inversão da “redução da desigualdade” se deu ainda sob o governo do próprio PT. A taxa de desemprego, que caiu sob o governo de Lula, voltou a crescer vertiginosamente, sob Dilma. O País saiu da recessão, em 2017, sob o comando das forças golpistas, mas na da estagnação. No entanto, o desemprego continuou a crescer, sem que Temer fosse capaz de reverter a situação desesperadora para a maioria oprimida. As estatísticas apontaram cerca de 30 milhões de desempregados, subempregados

e “desalentados”. Nesse descenso da economia, a burguesia defendeu seus interesses, não apenas demitindo em massa, como também reduzindo os salários. Certamente, a recessão e o crescimento vegetativo empurram milhões de brasileiros para a pobreza e miséria.

A imprensa divulgou, em meados de agosto, o estudo Escalada da Desigualdade, da Fundação Getúlio Vargas, em que se demonstra: 1) perda da renda média acumulada, de 3,71%; 2) cerca de 23 milhões estão abaixo da linha de pobreza (ganhando menos que R\$ 233 mensalmente (6,2 milhões aumentaram o caudal de miseráveis); 3) os jovens tiveram uma redução de renda em 17,76%. Os ricos, porém, ficaram mais ricos: 1% dos mais ricos viu seu patrimônio crescer 10,11%.

Observa-se que a possibilidade de redução da pobreza e miséria está determinada pela conjuntura econômica. O governo de Lula combinou crescimento econômico, aumento do emprego formal, valorização do salário mínimo e programas sociais, principalmente o Bolsa Família. Essa conjunção se rompeu no governo de Dilma, e desapareceu dali em diante. É necessário ainda assinalar que a concentração de riqueza nas mãos da minoria exploradora não sofreu reversão em nenhum momento.

Um estudo do Ipea, abarcando 2006 a 2012, apurou que 0,1% dos ricos aumentaram a concentração de riqueza de 9% para

11%; 5% dos ricos passaram de 40% para 44%; 1% dos ricos detinha e detém 30% da riqueza nacional. Seja nas condições de crescimento, seja nas de descenso, os capitalistas continuam a aumentar o seu patrimônio. Corresponde à exploração do trabalho e à acumulação de capital. Aumenta constantemente a concentração de riqueza, em um polo, e a miséria e pobreza, no outro. A tendência do capitalismo em decomposição é a de agravar essa contradição.

Os reformistas – como os do PT – pretenderam contrariá-la com programas assistenciais e ajustes a conta-gotas no salário mínimo. Não mexeram em nada na relação antagônica entre os dois polos sociais. Com a política de conciliação de classes, atravancaram o desenvolvimento político e organizativo da classe operária e demais explorados. Foram expulsos do poder por um golpe de Estado, sem conseguirem erguer uma resistência do proletariado. Diante do governo Temer, os reformistas e a burocracia sindical, que se serve da política de conciliação de classes, traíram a luta das massas pela derrubada da reforma trabalhista e da lei da terceirização. Agora, repe-

tem a traição, diante da reforma da Previdência de Bolsonaro e Congresso Nacional.

A bandeira de “redução das desigualdades” não passa de palavreado. Não custa nada aos reformistas e à burocracia sindical. Nos marcos do capitalismo, não se reduzem as desigualdades, não se aproximam os dois polos sociais da contradição entre riqueza e pobreza. A burguesia, seus partidos e governos – mesmo aqueles que professam o reformismo radical – não podem contrariar a lei econômica da exploração e concentração.

A classe operária organizada e em luta constante pode se defender momentaneamente. Deve trilhar esse caminho, tendo claro que nenhuma conquista é duradoura, nas condições do capitalismo da época imperialista, de decadência e de barbárie. Um passo que seja no combate à miséria e pobreza tem de estar voltado contra o poder da burguesia. O reformismo e o burocratismo sindical fazem parte desse poder. Os explorados têm pela frente a tarefa de combater as contrarreformas, o desemprego, a pobreza e a miséria, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias, sob a bandeira do governo operário e camponês.

A entrega da Base de Alcântara

A Comissão de Relações Exteriores da Câmara aprovou o “Acordo de Salvaguarda Tecnológica” (AST), exigido pelos Estados Unidos para instalar uma base de lançamento de satélites na Base de Alcântara. Vinte um deputados a favor, e seis contra; como se vê, a maioria foi esmagadora. A oposição se dividiu: PCdoB, PSB e PDT se colocaram a favor, com ressalvas; PT e PSOL, contra. A entrega de Alcântara é parte de um plano pró-imperialista mais amplo. Esse é o significado concreto do alinhamento de Bolsonaro a Trump. O próximo passo será aprovar o acordo na Comissão de Constituição e Justiça. Tudo indica que chegará prontinho para o plenário da Câmara o sancionar.

Distintamente do que se passou em 2002, o projeto não encontra um mínimo de resistência. É sintomático que o PCdoB, PSB e PDT, que repetem a bandeira de soberania nacional, tenham dividido os votos da oposição. Montada a base norte-americana, os Estados Unidos exercerão a sua soberania, de maneira que imporá completo controle da área, e secreto funcionamento militar.

A capitulação dessa ala da oposição reflete as enormes pressões do governo, da burguesia brasileira e dos Estados Unidos. No Congresso Nacional, impera o aberto entreguismo. O problema está em que o voto contrário do PT e PSOL não é consequência de um movimento anti-imperialista da classe operária e da maioria oprimida. O reformismo e nacionalismo em geral, e, em particular, o do PT, estão subordinados à composição do Congresso Nacional. A sua bandeira de “soberania nacional” se esgota nas quatro paredes do Estado burguês.

A oposição e seus braços sindicais desmontaram a luta contra as reformas reacionárias de Temer e Bolsonaro, traindo as massas, e levando o movimento à derrota. O combate às contrarreformas fazia e faz parte da resistência anti-imperialista. O recuo das massas e a volta da dispersão da classe ope-

rária facilitam o avanço do programa entreguista e de desnacionalização de Bolsonaro e do Congresso Nacional, apoiados pelas Forças Armadas e pelo Judiciário. Basta ver passagem da Embraer para o controle da Boeing, do pré-sal para as petroleiras, e da própria Petrobras ao capital financeiro.

Bolsonaro prometeu ir fundo nas privatizações. Há muito, os Estados Unidos viram em Alcântara um ponto estratégico para o aperfeiçoamento de seu controle espacial. Será também muito útil em sua ofensiva militarizante na América Latina.

As mudanças políticas que vêm ocorrendo na situação mundial, provocadas pela profunda crise mundial do capitalismo, abarcou o continente latino-americano e, em particular,

Estão mais que maduras as condições para organizar um movimento de massa anti-imperialista. O maior obstáculo se encontra na política de conciliação de classes (...)

o Brasil. A ofensiva da burguesia nacional contra a vida das massas vem acompanhada da ofensiva entreguista. A classe operária e demais explorados não podem fazer frente às contrarreformas, sem pôr em pé um movimento revolucionário anti-imperialista. A oposição democratizante, reformista e oportunista caminha no sentido contrário dessa tarefa. Nesse sentido, expõe sua impotência sob a bandeira de soberania nacional. Há mais de uma forma de capitular diante das pressões do capital financeiro e dos monopólios.

Estão mais que maduras as condições para organizar um movimento de massa anti-imperialista. O maior obstáculo se encontra na política de conciliação de classes, que ganhou proporções gigantescas, com a reestruturação da burocracia sindical e constituição do PT, após o fim da ditadura militar. A vanguarda proletária está obrigada a rechaçar o palavreado dos reformistas e nacionalistas sobre a soberania nacional. E trabalhar pela constituição de uma frente única anti-imperialista.

Ofensiva privatizante de Bolsonaro

Um lote de 17 empresas estatais foi lançado pelo ministro Guedes para leilão. Destacam-se, entre elas, o sistema Eletrobras e os Correios. A lista é diversa, vai da Casa da Moeda à Companhia Docas do Espírito Santo e São Paulo. Não é a primeira investida contra o patrimônio estatal. Há pouco, foi privatizada a rede de distribuição de combustível e gás da Petrobras. Os abutres do capital financeiro, no entanto, avaliaram que Bolsonaro ainda caminha timidamente nesse sentido. Queriam que entrassem na lista o Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNDESPar. Certamente, os abutres não poderiam deixar de se alegrar, tendo em vista os ganhos que terão com a transferência da Eletrobras e dos Correios, principalmente.

O governo sabe que tem de dar um passo de cada vez. A entrega dos bancos estatais é mais complicada politicamente. Guedes tem claro que a melhor fórmula é dar tempo ao tempo, nos casos em que despertam cisões regionais. Até o presente, Bolsonaro tem conseguido manter o Congresso Nacional sob as suas asas. Conta com o apoio da burguesia e da maioria de suas frações oligárquicas, quanto às diretrizes ultraliberais. Teve uma magistral vitória contra os explorados na aprovação do projeto de reforma da Previdência.

A traição da burocracia sindical e a impotência da oposição

ajudaram o governo e parlamentares a apresentarem o grande feito como obra da democracia. Ao final das contas, as centrais puderam fazer alguns protestos, a imprensa propagandeou aos quatro ventos a necessidade da reforma, e a Câmara dos Deputados aprovou tranquilamente, e por esmagadora maioria, o projeto, com algumas mudanças. Daqui para a frente, os explorados que se virem entre a pobreza e a miséria.

Os reformistas e seus apêndices de esquerda esperam que a crise econômica, o desemprego e subemprego massivos e a aplicação das contrarreformas desgastem o governo e ressaltem o período em que Lula governou. Já estão se preparando para as eleições municipais. Não vão meter-se a organizar a luta contra as privatizações, a entrega da Base de Alcântara e a implantação das contrarreformas.

A vanguarda não deve deixar-se arrastar por essa onda reacionária, privatizante e pró-imperialista. Está colocada a campanha pelo fim das privatizações, pela reestatização sem indenização, pela derrocada das contrarreformas, pela ruptura com o imperialismo e pela independência nacional. Obrigatoriamente, um movimento independente da burguesia somente pode ser constituído tendo por estratégia a luta por um governo operário e camponês.

Quinzena Operária

“LIBERDADE ECONÔMICA” CORTA NA CARNE O QUE RESTOU DA CLT

Por 376 votos a favor, e 76 contra, a MP da “Liberdade Econômica” foi aprovada na Câmara dos Deputados. É um profundo ataque aos direitos trabalhistas, retira os poucos direitos que restaram com a reforma trabalhista, de 2017.

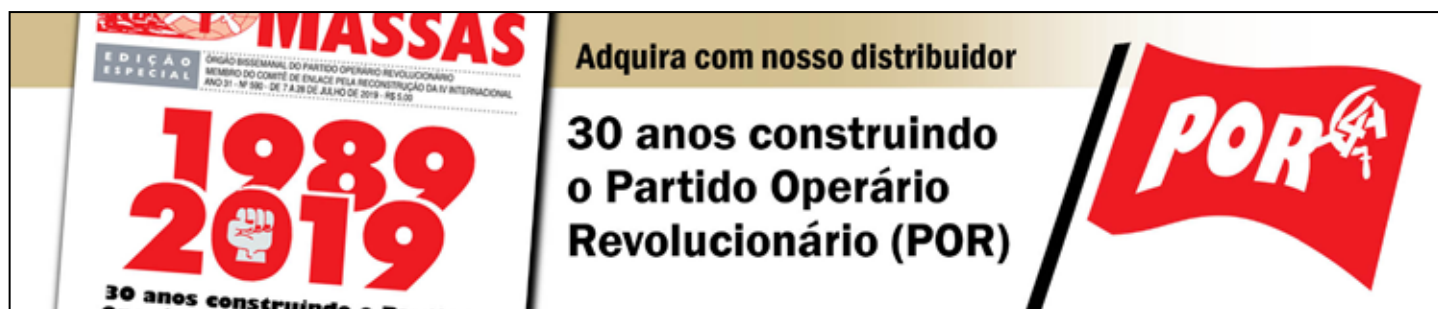
A justificativa do governo Bolsonaro/PSL, ao propor tão brutal ataque às condições de vida e trabalho da maioria explorada, é de que irá “reduzir a burocracia e o custo Brasil”. Novamente, números fantásticos sobre o possível crescimento da economia são apresentados como justificativa para avançar ainda mais sobre os poucos direitos trabalhistas. Diz que, em 10 anos, a medida poderá criar 3,7 milhões de empregos, e promover um crescimento de 7% do PIB.

O governo usou a mesma campanha quando da aprovação da reforma trabalhista. O desemprego e subemprego, porém, estão nas alturas, as contratações são feitas com salários menores, os capitalistas demitem empregados, e contratam trabalhadores como “empresários individuais”, enfim, a liberdade de explorar a mão-de-obra chegou a níveis inimagináveis. Agora, a MP quer ir mais fundo, desobrigando o controle formal de anotação da jornada de trabalho para empresas com até 20 trabalhadores (hoje são dez dias), autorizando o registro de ponto por exceção, mediante acordo escrito individual entre patrão e trabalhador, dispensando o acordo ou convenção coletiva, determinado que as atividades

econômicas ocorram em qualquer horário ou dia da semana, incluindo feriados. Isso para citar apenas três medidas.

Certamente, o governo pode amenizar um ou outro aspecto, como esse de uma folga de domingo em cada 4 semanas. Ou de pagamento de parte das horas-extras. Mas, a essência ficará mantida, que é a de facilitar a exploração da mão-de-obra.

A MP 881 é a continuidade da reforma trabalhista. O rechaço dependerá da luta unitária da classe operária e demais explorados. As negociações entre centrais e sindicatos no Congresso Nacional só servem para enganar os explorados, e facilitar a ação do governo e da burguesia em eliminar direitos trabalhistas.



Reunião das centrais se colocou contra a convocação de uma nova greve geral

Após dez dias da aprovação da reforma da Previdência, as direções das centrais se reuniram, para discutir as medidas que estão no Congresso Nacional. Disseram que o objetivo era o de propor ações unificadas em defesa dos trabalhadores. Constataram da pauta, a MP 881, o desconto sindical, a MP-FGTS, a revisão das Normas Regulamentadoras (NR), e a demissão de servidores. O dirigente da CUT afirmou que era preciso tomar conhecimento do que ocorre, e saber “o tamanho de nossos desafios”. Isso para se colocar contra a convocação de uma nova greve geral, argumentando que estão “colhendo os efeitos” negativos da greve de 14 de junho. Assim, disse que era preciso um calendário de lutas para ser discutido pelos sindicatos e que, na próxima semana, poderia ser concluído. Entre os pontos, estão a pressão aos senadores para se posicionarem

contra a reforma da Previdência, atos unificados no “dia dos excluídos”, 7 de setembro, e a possibilidade de um ato nacional no final de setembro. Concluiu com a ideia de realizar uma mobilização nacional em final de semana.

Como vemos, os burocratas se colocaram contra a greve geral, reforçaram a linha de pressão no Congresso Nacional e aventaram copiar as manifestações domingueiras, ou mesmo nos sábados, como ocorre na França com os Coletes Amarelos. Não querem paralisar a produção, não querem colocar a classe operária em luta direta contra o governo e o Congresso Nacional. Querem, na realidade, usar o movimento para negociar um ou outro ponto das reformas ou das MPs, sem organizar o movimento por derrubá-las integralmente, pelo método da luta de classes.

Reforma da Previdência: uma brutal violência aos mais pobres

O Boletim Nossa Classe continua denunciando nas fábricas as duras consequências da aprovação da reforma da Previdência. Destaca, agora, as mudanças que ocorrerão no direito de aposentadoria dos trabalhadores que exercem atividades insalubres ou perigosas. Como exemplo, os metalúrgicos, que costumam trabalhar em locais com ruído acima do permitido. Na regra atual, com 25 anos de atividade insalubre, tinha-se direito à aposentadoria especial. O benefício não exige idade mínima e tem valor integral (100% da média salarial). Quem não completa os 25 anos na atividade, pode converter o tempo especial em comum. A conversão aumenta em 40% cada ano de contribuição, antecipando a aposentadoria. Pela nova regra, o tempo de contribuição em atividade especial continuará de 25 anos, mas passará a exigir o cumprimento da idade mínima de 60 anos. No entanto, para se ter direito à aposentadoria integral, terá de contribuir por 35 anos (mulher) e 40 anos (homem).

É preciso lembrar, ainda, que a PEC 06, que será aprovada no Senado, poderá incluir os estados e municípios, e o sistema de capitalização. Caso não inclua, o governo já tem uma medida para que a reforma também seja válida em todas as esferas da União.

Como vimos, as burocracias sindicais continuam procurando a via da negociação para “desidratar” a reforma. A sua aprovação foi um duro golpe para os explorados, e revelou a traição das direções burocráticas. O Boletim Nossa Classe reafirma que a proteção da vida dos explorados somente será possível através de uma gigantesca greve geral. Denuncia a traição das direções sindicais, que desviaram a luta direta para o terreno da burguesia (Congresso Nacional). E chama a classe operária e demais explorados a se organizarem no campo da independência de classe.

Retrato da reforma trabalhista

Desde a implantação da reforma trabalhista, de novembro de 2017 a junho de 2019, o mercado de trabalho criou 456.680 vagas formais. Desse montante, 21.498 (27%) foram contratos intermitentes ou parciais. Isso indica que, a cada 10 trabalhadores que conseguem um emprego formal (com carteira assinada), 2,6% têm contratos intermitentes. Em junho, atingiu o patamar mais elevado em um mês: do total de 48.436 postos criados no país, 10.177 (21%) foram contratações de trabalho intermitente.

O trabalho intermitente vem atingindo o setor de transformação (metalúrgico) e da construção civil. No mês de junho, o setor metalúrgico registrou 6.871 novas vagas dessa modalidade de contratação, que representa 64%, de um total de 10.721 vagas intermitentes, geradas na indústria de transformação. A construção civil é o setor em que o saldo de vagas continua negativo, o índice é de 10,9%.

Pior ainda, mesmo com o avanço do trabalho intermitente ou parcial, as taxas de desemprego e subemprego continuam altas. Daí a importância da luta pela derrubada da reforma trabalhista, da lei da terceirização, e agora da MP 881. A defesa do emprego formal a todos, por meio da redução da jornada sem redução dos salários, unifica os empregados e os 30 milhões de desempregados e subempregados. O Boletim Nossa Classe levanta a bandeira de redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários e a escala móvel das horas de trabalho.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

Pernambuco

Rodoviários: Não à demissão dos cobradores! Não ao fechamento de postos de trabalho! Não à dupla função motorista-cobrador!

A demissão dos cobradores é uma violência dos capitalistas do transporte. Serão mais de 7.000 trabalhadores, aumento da exploração do motorista, insegurança para os usuários. A proposta da dupla função do motorista veio da patronal, e foi aceita sem nenhum questionamento pela direção do sindicato (Grilo). A direção do sindicato aceitou esse acordo maldito, que veio combinado com: a intrajornada; reposição de horas (não pagamento de horas extras; contrato de trabalho individual (contra as negociações e convenções coletivas, o que enfraquece a luta da categoria); e contra a organização da luta, defenderam assembleias fechadas (onde utilizam de bate-paus para reprimir os que se opõem à direção), contra as assembleias nas garagens.

A oposição do PSOL (O Guará) reivindica um projeto lei de proibição da dupla função motorista-cobrador, que levou à Câmara de vereadores do Recife, e levará à Assembleia Legislativa. Estão fazendo a campanha com abaixo-assinado pela aprovação do projeto lei. Ou seja, mais uma vez a independência de classes é algo que não significa nada aos reformistas, que vão até os espaços da burguesia para explicar aos gerenciadores dos negócios da burguesia o quanto a dupla função é nociva aos trabalhadores do transporte e à população. Os capitalistas do transporte têm muito interesse com o aumento da exploração do trabalho, e todo ano mostram o quanto o Estado burguês lhes servem com os aumentos absurdos no valor da tarifa, não será abaixo-assinado que os impedirá de avançar no aumento dos seus lucros. Não podemos esquecer que, em junho de 2013,

*Os rodoviários precisam
organizar coletivamente a
oposição à direção do sindicato,
que atua em favorecimento da
patronal.*

foi necessário um movimento massivo em São Paulo contra o aumento de R\$ 0,20. Ainda assim, é um setor que teve poder suficiente para garantir outros subsídios por parte do Estado, para não saírem perdendo naquele momento, e, com o retrocesso do movimento, retornaram com os aumentos.

Os rodoviários precisam organizar coletivamente a oposição à direção do sindicato, que atua em favorecimento da patronal. Já enfrentamos um alto índice de desemprego, a demissão desses

cobradores servirá para aumentar ainda mais o número de desempregados, que não têm nenhuma perspectiva de conseguir outro emprego. A classe operária, ao perder seu emprego, perde seu meio de sustento, não consegue garantir as condições básicas de sobrevivência (moradia,

contas de água, luz, alimentação, etc.). Para a população, também representa um ataque, com o motorista exercendo dupla função significará menos atenção na direção, e maior tempo das viagens (certamente essa medida não virá com o aumento da frota de ônibus). A oposição à direção do sindicato deve convocar as assembleias nas garagens, organizar a resposta à demissão dos cobradores com os métodos de luta próprios da classe operária, com greve, piquete, manifestações de rua. Todas as categorias devem se somar à defesa do emprego dos cobradores.

Esse ataque expressa a reforma trabalhista, que destruiu as leis trabalhistas. A demissão deve ser combatida com um forte movimento de unidade dos explorados, com a greve geral contra a aplicação da reforma trabalhista, lei de terceirização e reforma da Previdência.

Pernambuco

Usina Laranjeiras quer que os trabalhadores denunciem os incêndios nos canaviais

A Usina Laranjeiras, no município de Vicência, zona rural de Pernambuco, faz uma campanha com panfletagem nos distritos e vilas do município. O objetivo é que a população denuncie as pessoas que incendeiam os canaviais da usina. Os incêndios aos canaviais apareceram no ano de 2018, como uma revolta espontânea de alguns trabalhadores contra a contratação de trabalhadores terceirizados de outro município, deixando muitas boias-frias da região sem emprego.

Agora, um novo período de corte

de cana está para ter início, e a usina teme mais uma revolta desse tipo. O sindicato dos trabalhadores rurais da região não fez nenhuma mobilização em defesa dos empregos. Assim como a FETAPE também não mobiliza na região. Os trabalhadores se voltam para essa forma de revolta espontânea e desordenada como uma única alternativa de enfrentamento aos usineiros.

É necessário que a política revolucionária chegue até essa massa de trabalhadores, esmagados pelo poder das

usinas na região. As condições de vida se deterioraram junto com empregos. É preciso que os sindicatos se coloquem efetivamente para garantir o emprego a todos. Nada de divisão entre os explorados. É preciso elevar a consciência dos trabalhadores, de que seus companheiros de outra região também são vítimas do desemprego e da superexploração. A revolta individual não consegue dobrar o usineiro. A greve unitária dos operários agrários é o melhor caminho para defender os empregos e os salários.

Mobilizações de 13 de agosto

Ceará

O dia 13 foi convocado pelas entidades da educação e centrais sindicais, além da Frente Povo Sem Medo e Frente Brasil Popular. Em pelo menos 12 cidades do estado, se realizaram manifestações. Em Fortaleza, a concentração ocorreu na Praça da Gentilândia, de onde saiu em passeata, até o centro.

O ato teve adesão menor que as paralisações de 15 e 30 de maio, assim como da greve geral de 14/06, embora tenha contado com percentual elevado de paralisação de escolas da rede municipal, estadual e de todas as universidades públicas da região metropolitana. Cerca de 15 mil pessoas participaram da atividade que, mais uma vez, teve pouca adesão de secundaristas.

O protesto nacional teve como pauta a luta contra a reforma da Previdência, a privatização das universidades, através do programa “Future-se”, e o bloqueio de R\$ 6,1 bilhões das verbas da educação. O presidente da CUT, Will Pereira, enfatizou que, no caso da reforma da Previdência, a central denunciará o nome dos 11 deputados federais do estado que votaram contra os trabalhadores. “É preciso que a sociedade saiba o nome de cada um, para que a resposta a esta traição seja dada nas urnas. Quem votou e quem votar, não volta”. Essa lamentável declaração nos mostra que a resposta que a CUT pretende dar não é a ativa greve geral com mobilização nas ruas, formação de piquetes nas fábricas, comitês de luta nos bairros e paralisação da produção; mas, a simples e inócua pressão parlamentar, aliada à denúncia com fins eleitoreiros.

O POR interveio com um bloco, que agrupou a militância e simpatizantes. A banca de materiais, a venda de jornais, a distribuição de panfletos e a intervenção em carros de som foram usados para defender a política revolucionária, e difundir a palavra de ordem “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro e do Congresso Nacional”. Defendeu a necessidade de se retomar a greve geral, dessa vez melhor preparada, melhor organizada, e apoiada sobre comitês de luta.

A mobilização de 13 de agosto, evidenciou, mais uma vez, a necessidade

de se construir uma fração revolucionária no movimento sindical e estudantil.

Rio Grande do Norte

O ato em Natal iniciou com concentração no Midway e, posteriormente, seguiu para a Árvore de Mirassol. Aglutinou uma grande massa, insatisfeita com os cortes na educação e a reforma da Previdência, assim como uma rejeição ao Projeto “Future-se”. O ato foi dirigido pelas Centrais. A CUT enfatizou a crítica a Bolsonaro, no sentido do desgaste eleitoral de sua imagem, para mostrar que ele supostamente não estaria preparado para ser presidente. A CSP-Conlutas defendeu o chamado à greve geral. O POR interveio mobilizando os secundaristas nas escolas, e formando um bloco com militantes e simpatizantes.

Pela manhã, o Fórum dos Servidores Estaduais realizou um ato, em frente à Governadoria (Centro Administrativo), reivindicando o pagamento dos salários atrasados, assim como aumento salarial. No mesmo Centro Administrativo, na Secretaria de Educação, a Frente Municipal de Luta de Ceará-Mirim, junto aos pais, alunos e professores da Escola Estadual de Muriú, pressionavam para uma audiência com o Secretário da Educação, para discutir os graves problemas da escola. Há anos que essa escola funciona em uma pousada, quente e apertada, e agora foi construído um novo prédio, porém, restrito apenas a uma parte dos alunos e professores, que se enquadram no regime de ETI. A reivindicação é de que todos os alunos, professores e funcionários sejam transferidos para o novo prédio. O movimento conseguiu o compromisso do secretário da Educação em comparecer para uma reunião na escola. A atuação do POR na Frente Municipal, que surgiu contra a Reforma da Previdência, expressa a tática de combinar as reivindicações gerais com as específicas, como forma de generalizar o movimento.

A manifestação geral foi massiva. Mostra a disposição de luta nas bases. O que falta é traduzir esse fator quantitativo em organização. A mobilização não deve ficar restrita a um ou outro dia na-

cional de luta, mas deve ser permanente, nos locais de trabalho, estudo e moradia, por meio de assembleias, atos, debates, etc., assim como combinar a luta geral com as reivindicações imediatas dos explorados. Essa tarefa esbarra nas direções sindicais e estudantis, que não se colocam por organizar as bases pelas reivindicações. As frações revolucionárias nos movimentos estudantil e sindical ocupam um papel importante, no sentido de apontar a continuidade da luta e os métodos de ação direta, que possam culminar na greve geral por tempo indeterminado, para derrotar a Reforma da Previdência, os cortes na educação e demais ataques do governo Bolsonaro.

Recife



O dia de greve nacional da educação foi marcado por manifestações em Recife, Garanhuns, Petrolina, Arcoverde e Caruaru. Em Recife, participaram as centrais sindicais, sindicatos, movimentos sociais e movimento estudantil. Os movimentos dirigidos pelo PT se embocaram pela bandeira do Lula Livre, e seus parlamentares reforçaram a política de conciliação de classes, principalmente com relação à possibilidade de reverter a reforma da

Previdência no parlamento. As mesmas centrais que, na plenária do dia 10 de julho, avaliaram o derrotismo com relação à reforma da Previdência, porque não havia disposição das massas (matéria do Massas 591), omitindo sua responsabilidade de boicote à continuidade da greve geral do dia 14 de junho, agora, diante das massas nas ruas, foram obrigadas a defender que há possibilidade de reverter a aprovação da reforma da Previdência, no parlamento. Concluíram com o chamado do grito dos excluídos (feriado de 7 de setembro). Portanto, nenhuma perspectiva de continuidade da luta iniciada em maio. O ato do dia 13 de agosto serviu para as direções traidoras falarem às massas que não desistiram da reforma da Previdência.

As direções estudantis, que se apresentaram por construtores da resistência, não convocam as assembleias estudantis, para construir a luta na base, com constituição de comitês de luta em defesa da educação, nem diante dos cortes, e do anunciado projeto “Future-se”. Assim como as centrais sindicais, se limitam à unidade burocrática, nos dias de convocação de mobilização nacional. As palavras de ordem eram despolitizadas, individualizando os ataques à educação e aos direitos trabalhistas, como obra do Bolsonaro. O ato foi dirigido de forma burocrática. Apesar de abrirem espaço para falas, mais uma vez, as direções atuaram dificultando para as organizações que não são próximas a eles. Não respeitando a ordem das inscrições, parlamentares falaram sem precisar se inscrever, e entidades falaram sempre que quiseram.

O POR interveio com a banca de materiais, distribuição do manifesto, propaganda do jornal Massas e fala. A intervenção expressou a defesa da retomada da greve geral. Apontou a traição das direções, quando desviavam a luta direta para o Congresso Nacional. Denunciou o projeto “Future-se”, de privatização das Universidades e Institutos Federais. E se colocou contra o plano geral de privatização e desnacionalização do Bolsonaro-Guedes.

O fundamental está em que o dia 13 evidenciou, mais uma vez, a disposição de luta dos explorados. É preciso transformar a disposição de ir às ruas em ganho organizativo para o movimento,

convocando as assembleias nos locais de trabalho, estudo e moradia, construindo os comitês de luta e organizando nova greve geral.

Assembleia dos servidores do IFPE aprova greve e piquete no dia 13

No dia 10 de agosto, houve assembleia dos servidores do IFPE, no campus Recife, onde foi discutido o projeto “Future-se” e a greve do dia 13 de agosto. Houve pouca participação dos servidores, mas boa participação dos estudantes. Foram dados informes sobre a atual situação dos IFs com o corte, e como a falta de verba forçará à adesão ao projeto privatizante do governo Bolsonaro, que passa a gestão das Universidades e Institutos Federais para as mãos da iniciativa privada, via Organizações Sociais (OSs). O campus de Recife, por exemplo, terá verba para funcionar até o próximo mês, correndo o risco de não conseguir pagar as contas, nem os serviços terceirizados (limpeza e segurança). As falas expressavam a necessidade de continuidade da luta em defesa da educação.

O POR interveio com o manifesto contra o projeto “Future-se”, e apontando a necessidade de construção da unidade dos explorados contra os ataques do governo. Propôs a construção de um comitê de luta, para fortalecer o movimento na base dos servidores e estudantes. A greve e o comitê foram aprovados. Foi organizado um piquete no campus Recife, para impedir a entrada dos terceirizados.

No entanto, no dia 13, devido ao problema de atraso do piquete, uma parte dos terceirizados não aderiu ao movimento. Outra parcela se colocou pela greve, entendendo que o corte de verbas atingirá seus salários e empregos. O que mostra a importância de fortalecer a luta unitária, que requer disciplina militante e cumprimento das decisões de assembleia.

São Paulo

O protesto teve início no vão livre do Masp e, em marcha, os manifestantes caminharam até a Praça da República. As palavras-de-ordem giravam em torno da questão dos cortes, promovidos pelo governo federal, na educação, da rejeição ao Future-se, não à reforma da Previdência de Jair Bolsonaro e do ministro da economia, Paulo Guedes, além

do “Lula Livre”, e da homenagem a Fernando Santa Cruz, assassinado pela ditadura militar. As direções, ligadas principalmente ao PT, PCdoB e PSOL, alternavam a defesa dessas bandeiras com menções favoráveis ao método da pressão parlamentar e outras formas passivas de reivindicação, embora apresentando-as com um verniz combativo.

O POR interveio com o Manifesto, faixas e com a fala no carro de som. Fez a defesa do método da ação direta para responder aos ataques do governo. Não deixou de caracterizar a votação da reforma da Previdência na Câmara como uma derrota para os trabalhadores e juventude, colocando a necessidade de responsabilizar as direções traidoras e, por consequência, lutar pela construção de uma nova direção classista para os trabalhadores e a juventude. Concluiu sua intervenção colocando a importância de que o movimento partisse das reivindicações mais sentidas pelos explorados, como a defesa do emprego, dos salários e condições de vida, e fizesse a ponte entre essas reivindicações e a luta geral pela revolução e o socialismo. Durante a intervenção, fez uma breve homenagem ao companheiro Tonhão, duramente perseguido pelo governo, que faleceu neste mês.

Rondônia

Burocracia da CUT, sindicato, Frente Brasil Popular e Levante Popular da Juventude/UNE manobram para que não houvesse manifestação de rua



A concentração do dia 13 de agosto de estudantes e professores da Universidade Federal do Rondônia (Unir), do Instituto Federal (Ifro), professores das redes municipais e estaduais, e demais entidades ocorreu na praça das “Três Caixas D’água”, no centro

de Porto Velho. O objetivo era o de protestar contra os cortes de verbas à educação, o Future-se e a Reforma da Previdência.

Mais uma vez, houve a tentativa de boicote à passeata por parte dos

burocratas, que alegavam a quantidade de presentes. Mas, não tiveram êxito. Os manifestantes, cerca de 400, mostraram a disposição de ganhar as ruas, que passaram a caminhar pelas principais avenidas do centro de Porto

Velho.

A Corrente Proletária/POR interveio, portando as bandeiras do partido, distribuindo o Manifesto nacional (publicado nesse jornal) e se posicionando com falas e palavras de ordem.

Marcha das Margaridas, sob a política do reformismo

Nos dias 13 e 14 de agosto, ocorreu a marcha das Margaridas. Foram 100 mil mulheres, representando 26 países. Eram camponesas, quilombolas, ribeirinhas e indígenas. Foi a 6ª edição do movimento. Esteve sob as bandeiras *“Margaridas na luta por um Brasil, com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência”*. Trata-se de um protesto que reúne movimentos sociais, sindicatos, confederações, cooperativas de agricultores familiares, centrais, Conselho Indigenista, etc. Em grande parte, sob a política do PT e do PCdoB.

No dia 13, realizaram-se os painéis e oficinas de discussões. Os temas se circunscreveram à questão da terra, território, violência sobre as mulheres, soberania alimentar, agroecologia, tribunal das mulheres contra a reforma da Previdência, e outros. Ao mesmo tempo, aconteceram as oficinas lúdicas, teatro, batucada, etc. No período noturno, houve o ato político e cultural, que contou com políticos do PT e PCdoB, entre eles a governadora petista Fátima Bezerra, e a coordenadora da marcha, Mazé Moraes.

No dia 14, pela manhã, aconteceu a Marcha das Margaridas, que saiu do Parque da Cidade e foi até o Congresso Nacional. Apesar de gigantesca, a marcha foi passiva. As palavras de ordem e os discursos estavam voltados ao objetivo de pressão ao Congresso Nacional e de defesa da democracia burguesa. Portanto, uma marcha organizada e sob a política de partidos reformistas, que controlam as centenas

de sindicatos e movimentos de mulheres. As reivindicações de terra aos camponeses, demarcação de regiões indígenas e de quilombolas, contra a reforma da Previdência, melhorias das condições de trabalho e salário, expressas nas faixas e palavras de ordem, não serviram como instrumentos de luta contra a burguesia e seu governo direitista. A submissão de milhares de mulheres à política reformista foi e é um obstáculo para o avanço da luta.

O POR atuou na marcha, distribuindo o Manifesto, e

A submissão de milhares de mulheres à política reformista foi e é um obstáculo para o avanço da luta.

levantando bandeiras contra as reformas antinacionais e antipopulares de Bolsonaro. A lição extraída dessa enorme manifestação de mulheres é a da defesa da independência dos partidos burgueses, que inclui o PT e seus aliados. A enorme disposição das mulheres de se integrarem à marcha é extremamente importante. No entanto, a política e os métodos impressos à marcha por seus organizadores têm de ser rejeitados. Isso por que não conduz à vitória, por se tratar de uma orientação de respeito à propriedade privada dos meios de produção, às instituições e às leis do Estado. A disposição de luta das mulheres tem de ser convertida em ação contra a brutal opressão nacional e social, visando a pôr abaixo a raiz da violência, que é de classe.

Assembleia do IFSP rechaça o Future-se, e mantém luta contra a reforma da Previdência

A assembleia do IFSP, que preparou a mobilização do dia 13/08, foi marcada pela votação unânime contra o Future-se, e na adesão à greve geral da educação. A única polêmica na assembleia foi em torno das palavras de ordem que seriam usadas na mobilização. O PCO defendeu a bandeira de *“Fora Bolsonaro”*. A direção do Sinasefe-sp apresentou a proposta genérica de *“educação é direito, não é mercadoria”*. O POR colocou a importância de manter a bandeira e a luta contra a reforma da Previdên-

cia, que tinha acabado de ser aprovada em segundo turno na Câmara, e seguia para o Senado com a marca da traição das burocracias sindicais, que não impulsionaram a luta através da greve geral. A proposta foi: *“Abaixo a reforma da Previdência! Abaixo o Future-se! Contra qualquer corte na educação!”* A direção propôs conciliar sua proposta com a POR, que não foi aceita. Mas, já em vias de votação, um setor independente fez uma nova proposta com a somatória de todas as bandeiras. Uma proposta des-

politizada, mas que acabou vitoriosa na plenária.

A aprovação da proposta dos “independentes” mostra o grau de despolitização da assembleia. Expressa a campanha negativa, que geralmente é feita por setores que rejeitam as correntes políticas. Ao mesmo tempo, mostra a importância do trabalho junto às bases, no sentido da elevação da consciência política. E ressalta o método de não emblocar propostas opostas para se obter a maioria na assembleia.

Romper o bloqueio das burocracias sindicais e estudantis para derrubar a Reforma da Previdência, barrar o plano de Bolsonaro de destruir a Educação Pública e lutar por emprego a todos!

Retomar a greve geral para revogar as reformas trabalhista, do ensino médio, a lei da terceirização, a emenda constitucional do teto dos gastos e todos ataques dos governos! Unir a luta contra os cortes da educação a todas as medidas de ataque aos explorados e oprimidos! Em defesa do emprego a todos! Contra a privatização das Universidades, Petrobrás, Eletrobrás, Correios, Metrô, etc., erguer uma frente única anti-imperialista!

Neste dia 13 de agosto, voltamos às ruas, sob intensos ataques da ditadura militarista, obscurantista e ultraliberal de Jair Bolsonaro. A Reforma da Previdência tem sido aprovada no parlamento sem dificuldades. E, se as direções do movimento sindical, popular e estudantil continuarem com os mesmos métodos (da conciliação de classes), arcaremos com o mesmo resultado: a retirada de mais e mais direitos. A revolta dos explorados não está conseguindo se converter em ação consciente e organizada para se opor aos vários ataques desfechados. É preciso entender por que estamos sendo derrotados. *A traição das burocracias sindicais e estudantis é um ponto central nesta análise. Desviaram o curso da luta para o terreno parlamentar, por meio da ilusão de melhorar a reforma por meio de emendas.* Não se empenharam na construção de uma greve geral capaz de derrubar e enterrar a Reforma da Previdência, de exigir o financiamento integral da educação. Enquanto isso, se dedicaram a fazer lobby nos corredores, pressão nos aeroportos, campanhas com a foto-

mais bem organizada, por tempo indeterminado. Atos e manifestações são importantes, mas insuficientes para enfrentar tamanho ataque. Não basta chamar os trabalhadores a se juntarem à luta pela educação. **É preciso unir, verdadeiramente, as reivindicações em defesa da educação com as de defesa dos empregos, direitos sociais e trabalhistas e soberania nacional.**

A educação está sob um ataque sem precedentes. Os cortes orçamentários vieram para ficar. Não bastou o teto dos gastos, o governo ainda retirou mais recursos de todos os níveis de ensino, ameaçando inviabilizar a continuidade do funcionamento das Universidades, por exemplo. Ao mesmo tempo em que os cortes são feitos para sustentar a maldita dívida pública, servem também para criar uma situação intolerável que empurre os serviços públicos para a privatização. As medidas privatistas previstas na Reforma do Ensino Médio serão colocadas em prática. E, nas universidades e institutos federais, para além dos mecanismos privatistas já existentes, o governo apresenta o “Fu-

ture-se”, um plano macabro para entregar as instituições para Organizações Sociais. Por essa via, pretende desresponsabilizar o Estado do financiamento da educação pública e forçar a busca por recursos próprios por meio de venda de serviços, pesquisas e cobranças de taxas e mensalidades, como já ocorre com as especializações. Incentiva

que os imóveis públicos sejam vendidos ou cedidos. O que resta de autonomia universitária será pisoteado.

Este, porém, é um plano de destruição das instituições federais de ensino. Pois, pela condição de atraso econômico no Brasil, não há nenhuma ala da burguesia brasileira disposta a arcar com o custeio do ensino superior. O capital monopolista também não tem este interesse. Atua apenas em ramos específicos, onde pode usar a estrutura pública, a mão-de-obra precarizada dos estudantes e especializada de docentes e ter lucros imediatos, transformando o conhecimento em capital. Além disso, qualquer doação ou parceria com as empresas se dá à custa da isenção de impostos. Ou seja, o Estado deixa de arrecadar, e as empresas parasitam a estrutura pública.

É preciso perceber que a defesa das instituições de ensino superior não pode se dar à margem da luta da educação como um todo. **Perceber que a privatização da educação pública é decorrência da mercantilização e desnacionalização da educação explorada de forma monopolista.** Que é preciso dar resposta aos jovens endividados que estão na rede privada. Por isso, defendemos

É preciso perceber que a defesa das instituições de ensino superior não pode se dar à margem da luta da educação como um todo. Perceber que a privatização da educação pública é decorrência da mercantilização e desnacionalização da educação explorada de forma monopolista.

grafia de parlamentares e a coletas de assinaturas, quando a necessidade era ir às portas de fábrica, garagens, bairros operários, escolas e Universidades, para chamar os explorados a romperem com a passividade, se organizarem por meio de comitês e assembleias democráticas.

O governo de Jair Bolsonaro é fruto da crise capitalista, que leva a burguesia a atacar a força de trabalho, quebrando antigas conquistas. Para descarregar o peso da crise nos ombros dos explorados, usa a violência estatal. E ainda promove uma ofensiva ideológica para distrair os oprimidos da verdadeira raiz de seus problemas. A compreensão de que a burguesia está disposta a fazer o que julgar necessário para preservar seus lucros e riquezas, sacrificando até mesmo a democracia formal, é importante para vermos que todos os ataques são expressão de uma mesma ofensiva. Isto explica por que **as respostas fragmentadas, isoladas e corporativas não poderão quebrar a ofensiva anti-operária e antipopular.**

A greve do dia 13 de agosto foi convocada como uma paralisação nacional da educação. Precisamos de uma nova greve geral,

um único sistema de ensino. Precisamos de um forte movimento para estatizar toda a rede privada, sem indenização e constituir um único sistema público, gratuito, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham.

A destruição da educação pública é parte da destruição das conquistas sociais e trabalhistas. O privatismo se apoia na lei da terceirização e pretende estender a todos assalariados as condições precárias instituídas com a reforma trabalhista. Cada medida privatista aprovada, em governos anteriores, se tornou um degrau a mais para os atuais ataques. A contrarreforma da Previdência social, que amplia o tempo de contribuição e a idade mínima para se aposentar e reduz os benefícios, impossibilitará que a imensa maioria consiga se aposentar. Compõe um só ataque contra todos explorados.

Devemos situar a privatização da educação como parte do ultraliberalismo, expressão da total submissão do governo brasileiro ao imperialismo estadunidense. **A educação está no mesmo pacote que o pré-sal, a Petrobrás, a Eletrobrás, a Embraer, os Correios, a Base de Alcântara, os bancos públicos, os metrô, as riquezas minerais nas terras indígenas e tudo mais que o governo pretende entregar à burguesia imperialista.** A resposta só pode ser unificada, por meio de uma Frente Única Anti-imperialista. Esse é o caminho para combater o entreguismo e o pagamento da dívida pública. Reestatização de tudo que foi privatizado. Nenhum alinhamento com os Estados Unidos em sua guerra comercial e ofensiva sobre outros povos, como a Venezuela.

A continuidade da crise econômica, no mundo e no Brasil, mostra que a tendência é de continuidade da estagnação da eco-

nomia. Como consequência, a ofensiva contra os direitos tende a permanecer. Uma das faces mais perversa disto é a destruição de postos de trabalho. **É preciso lutar por emprego para todos. Isso é o mínimo a ser exigido sob o capitalismo, o direito ao trabalho.** Para isso, é preciso generalizar a bandeira de que “emprego não se negocia, defende-se com luta”. Fazer de cada plano de demissão patronal uma guerra em defesa das fontes de sobrevivência. E ainda exigir que os 30 milhões de desempregados e subempregados sejam incorporados à produção, por meio da divisão das horas de trabalho, sem diminuição dos salários. Entre a juventude, o desemprego é ainda mais dramático. A luta pela escola se dá em conjunto com a luta por emprego, com jornada compatível com os estudos. Não vamos engolir a ideologia do empreendedorismo que os governos enfiam nos currículos das escolas e universidades. Queremos emprego e escola para todos os jovens.

A luta dos explorados tem de **romper o bloqueio da política de conciliação de classes, com as ilusões reformistas.** Uma nova direção precisa ser construída, que desloque a luta para o terreno da independência de classe. Para lutar com os métodos capazes de derrotar o governo, precisamos retomar as ocupações, greves e **desde já construir uma nova greve geral.** Uma greve geral para valer, capaz de colocar o governo contra a parede e impor o fim de todos os ataques a nossos direitos e a nossas vidas.

Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro e do Congresso Nacional! Abaixo o Future-se! Não aos cortes de verba à educação e à saúde! Em defesa do ensino público! Fim do sistema privado de ensino! Por um sistema único de ensino, vinculado à produção social!

Interventor bolsonarista no CEFET-RJ

O governo Bolsonaro, através de indicação do ministro da educação, Abraham Weintraub, indicou um interventor para ser reitor geral do CEFET-RJ, com o argumento de medida temporária, até que se investigue uma denúncia de irregularidade na campanha eleitoral da instituição.

Os estudantes e professores não aceitaram essa medida, e se organizaram para responder. No dia 19, quando o interventor, Maurício Aires Vieira, deveria assumir o cargo, não pôde ficar na instituição por mais de uma hora. Tendo de fugir pela porta dos fundos, aos gritos de “Fora Interventor”.

Os CEFETs possuem leis de funcionamento diferentes das universidades federais. Nelas, existem as listas triplíces, que são enviadas ao MEC para a nomeação. No CEFET, valia o decreto 4.877 de 2003: “*Art. 1º Os Centros Federais de Educação Tecnológica, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais serão dirigidos por um Diretor-Geral, nomeado pelo Ministro de Estado da Educação, a partir da indicação feita pela comunidade escolar, nos termos deste Decreto.*”

Mas, no dia 10 de julho de 2019, o presidente Jair Bolsonaro publicou o decreto 9.908/19, que altera o 4.877/03, acrescentando o seguinte artigo: “*Art. 7º-A O Ministro de Estado da Educação poderá nomear Diretor-Geral pro tempore de Centro Federal de Educação Tecnológica, de Escola Técnica Federal e de Escola Agrotécnica Federal quando, por qualquer motivo,*

o cargo de Diretor-Geral estiver vago e não houver condições de provimento regular imediato.”

A expressão “por qualquer motivo” é fundamental. O governo se utilizou desta ferramenta e da justificativa de ilegalidade, apresentada direto ao MEC pela chapa perdutora (o conteúdo da denúncia está sendo mantida em sigilo pelo MEC), para colocar Vieira, alguém que sequer faz parte do quadro de servidores do CEFET/RJ.

Essa imposição levanta suspeitas das intenções do MEC de passar por este caminho as diversas medidas antipopulares na educação técnica e superior, como o projeto Future-se. Além disso, é mais um golpe à débil autonomia das instituições federais de ensino. A resposta precisa ser clara: neste momento de aprofundamento da crise capitalista, com seus ônus sendo despejado ainda mais nas costas do explorados, através das reformas trabalhistas e previdenciária, e dos muitos cortes na educação, a autonomia universitária deve ser defendida com unhas e dentes!

Nenhum interventor no CEFET ou em qualquer outra instituição federal!

Se existe denúncia de irregularidade no processo eleitoral, que se convoque uma assembleia geral, de estudantes e servidores, para que se investigue o processo. O próprio movimento deve ser responsável por esta tarefa, não o MEC.

Universidade Federal do Ceará:

MASSIVO ATO ESTUDANTIL CONTRA NOMEAÇÃO DO NOVO REITOR POR BOLSONARO

A nomeação de Cândido Albuquerque para a reitoria da UFC não foi uma surpresa, para quem compreende o caráter autoritário, militarista e obscurantista do governo Bolsonaro. A nomeação de um professor que alcançou insignificantes 4,61% dos votos (ficando em 3º lugar na lista tríplice), mas que possui posições reacionárias e de submissão ao governo federal, mostra como Bolsonaro está disposto a violar qualquer princípio de democracia e autonomia universitária.

A resposta do movimento estudantil, porém, foi a de convocar uma grande manifestação, para exigir que o resultado da consulta para reitor seja respeitado. Apesar da convocatória de última hora, milhares de estudantes bloquearam o cruzamento das Avenidas 13 de maio com Universidade, e exigiram a saída do interventor.

O ataque à autonomia das universidades, tal como o bloqueio de 6,1 bilhões da educação (sendo 2,2 bilhões das IFES), o corte de milhares de bolsas, o projeto de privatização das universidades via FUTURE-SE, faz parte do conjunto de medidas de destruição do ensino superior público. A autonomia universitária, porém, encontra-se mutilada, há tempos, pela farsa da consulta para Reitor, que impõe o critério antidemocrático de voto de 70-15-15 para professores, servidores e alunos, e pela formação de uma lista trí-

plice, com nomes a serem escolhidos pelo presidente da República. Pesa igualmente contra a autonomia, o fato da universidade estar sob o controle de uma casta burocrática (Reitor, vice, pró-reitores, etc.), que governa autoritariamente a universidade.

As correntes/coletivos que atuam na UFC e dirigem o movimento (UJS/PC do B, PT e PSOL) têm obscurecido esses fatos, e se limitam a exigir a posse de Custódio Almeida, em lugar do Cândido Albuquerque.

A consulta para Reitor deu a vitória a Custódio Almeida, com 64% dos votos. Ainda que de maneira deformada, entendemos que assim se expressou a vontade da comunidade universitária. Diante disso, a CPE defende que o governo Bolsonaro atenda as reivindicações dos estudantes/professores, e nomeie reitor, o vencedor da consulta. Ao mesmo tempo, convoca os estudantes da UFC a lutar pela verdadeira autonomia/democracia universitária, que só pode se dar sob a forma da constituição de uma assembleia universitária soberana, que expresse a vontade da maioria sobre os rumos da universidade, e eleja um governo tripartite (formado por representantes de professores, estudantes e servidores), para que a UFC esteja de fato sob o controle de quem nela estuda, ensina e trabalha.

Teses do Partido Operário Revolucionário ao XIII Congresso Nacional da CUT

Sobre a situação nacional

1. O golpe de Estado de 2016 estabeleceu um novo marco da crise política. Observam-se quatro momentos, desde o fim da ditadura militar: 1) 1985 a 1989; 2) 1989 a 1994; 3) 1994 a 2016; 4) 2016 até hoje. O governo Sarney, de transição, foi imposto por um colégio eleitoral com a anuência do regime militar, que cedia passagem ao regime de democracia burguesa. As primeiras eleições presidenciais, em 1989, restabeleceram o funcionamento democrático. Collor de Melo foi deposto pelo impeachment, quando estava em meio ao mandato. Os dois anos seguintes foram preenchidos pelo governo de transição de Itamar Franco. Fernando H. Cardoso é eleito, inaugurando o período que vai até o golpe de Estado que derrubou Dilma Rousseff. Instala-se o governo de transição de Temer e conclui com a eleição de Bolsonaro. Essa síntese histórica evidencia a incapacidade da burguesia nacional oligárquica em instituir uma sólida democracia. Predominam suas tendências ditatoriais.
2. A eleição de Bolsonaro fez parte do golpe de Estado. A burguesia necessita de governos capazes de descarregar a decomposição econômica do capitalismo sobre a maioria explorada. O governo de conciliação de classes do PT já não lhe servia. Dilma procurou atender aos interesses do capital financeiro, mas não poderia impor um programa de amplo alcance. Há muito, o imperialismo exigia as reformas trabalhista e previdenciária. As mudanças nas relações

de trabalho já vinham ocorrendo, com a implantação nas “atividade-meio”. Tratava-se de completar o processo. O governo burguês reformista do PT, do qual participava a burocracia sindical, deveria ser removido. Como não cedeu lugar nas eleições de 2014, foi deposto pelo impeachment. À ditadura civil de Temer, seguiu o governo ditatorial, militarista e fascizante de Bolsonaro. Há fortes vínculos entre as tendências ditatoriais da burguesia e o programa econômico antinacional e antipopular.

3. O golpe de Estado pôs fim a treze anos de governo de conciliação de classes. Período em que se levou ao extremo a burocratização dos sindicatos, se promoveu a fragmentação em várias centrais, avançou a estatização do movimento, e se projetaram os acordos de flexibilização capitalista do trabalho. As lutas, que vinham em um crescendo, desde fins dos anos 1970, foram canalizadas e desativadas. Com a derrubada do governo Dilma, abriu-se um novo período de retomada da luta de classes. Os explorados se viram obrigados a reagir às contrarreformas de Temer. Sofremos a primeira derrota, com a aprovação da reforma trabalhista e a nova lei da terceirização. Em seguida, voltamos à luta contra a reforma da Previdência de Bolsonaro. Sofremos a segunda derrota. A burguesia e seus governos ditatoriais conseguiram eliminar antigas conquistas da classe operária e demais explorados. Por essa via, descarregam a crise do capitalismo sobre a maioria oprimida. É obrigatório expli-

- car os motivos das derrotas e destacar sua principal causa.
4. A greve geral de 28 de abril de 2017 marcou a retomada do movimento operário. No entanto, as centrais sindicais se negaram a dar continuidade. Desativaram o movimento da luta grevista, substituindo-a por atos que, em grande medida, se limitaram à pequena-burguesia oprimida. A classe operária não foi organizada para marchar à frente das massas contra o governo Temer e suas contrarreformas. As tendências de luta do proletariado, que despontavam, foram retraídas para o leito da passividade. Quando a direção do movimento se levanta como um obstáculo ao avanço da luta de classes dos explorados, comete uma traição. O que se passou com a greve geral foi que a dispersão em seguida ocorreu por obra da política da direção. Chegamos à votação da reforma trabalhista completamente passivos. Agora, repetiu-se com a greve geral de 14 de junho. Desta vez, a conduta das centrais piorou. Parte delas não se empenhou, e parte, inclusive, boicotou, não organizando suas bases. Bolsonaro e o Congresso Nacional aprovaram a reforma da Previdência na mais absoluta calmaria. Os explorados se viram diante da segunda traição.
 5. Não sabemos precisamente qual será a proporção das consequências negativas para o ânimo dos explorados. Sofreram duas derrotas, e se viram diante de uma direção não confiável. A frente única das centrais e movimentos, que era para desempenhar um objetivo classista, se revelou como uma frente burocrática, movida pela política de conciliação de classes. A estratégia dessa frente foi anunciada pelo presidente licenciado da Força Sindical, o deputado Paulinho, quando discursou, no 1º de Maio Unificado, em favor da “desidratação” do projeto de Bolsonaro, por meio de emendas a serem feitas pela Câmara dos Deputados. As centrais condicionaram o movimento à decisão dos parlamentares. Fariam apenas a greve geral, no dia 14, e nada mais. A frente burocrática procurou evitar o risco de desencadear um movimento grevista, que se chocasse não apenas com o governo, mas também com o Congresso Nacional. Submetida às manobras no legislativo, onde a oposição fazia discursos exaltados de defesa dos pobres, a direção esvaziou o movimento de resistência.
 6. As duas traições e derrotas dificultam o enfrentamento ao governo militarizante de Bolsonaro. O contrário também é verdadeiro. Se o movimento fosse derrotado, mas usando de toda a capacidade da classe operária e demais explorados, certamente, sairia mais organizado e mais confiante em sua direção sindical e política. No caso de terem obtido uma vitória, as massas estariam em condições muito favoráveis para responder aos novos ataques do governo, e à implantação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro. As derrotas, bem entendido, não esmagaram as tendências objetivas de luta da classe operária. Mostraram, porém, que, com a direção burocrática, com a conciliação de classes, e com a subserviência ao Congresso Nacional, não é possível à classe operária se valer de toda sua potencialidade contra a exploração capitalista, que agrava diariamente suas condições de existência. É preciso reverter as consequências negativas dessa política, respondendo aos novos ataques, desenvolvendo a resistência à implantação das contrarreformas, e

formando novas direções verdadeiramente classistas.

7. A reforma da Previdência é apenas uma das medidas da política geral do governo antinacional e antipopular. Juntamente com a reforma trabalhista e a terceirização, tem um alcance enorme. Auxiliam a classe capitalista a se proteger da crise de superprodução mundial e da guerra comercial. Bolsonaro se utiliza do fato de ter sido eleito, e contar com o apoio de uma ampla camada da classe média, para ir mais longe em seu plano do que pôde ir a ditadura civil de Temer. Seu alinhamento com os Estados Unidos e com as diretrizes de Trump cumpre a meta de subordinar ainda mais o Brasil semicolonial às disputas interimperialistas. Os próximos passos visam a dar um salto nas privatizações, no rebaixamento das fronteiras do País e na desnacionalização. Os bolsonaristas estão convencidos de que a ruptura de acordos e programas, como os do Clima, proteção da Amazônia e demarcações de terras indígenas, é um imperativo para desatracar a economia. Segue, assim, os conflitos da fração imperialista norte-americana com a fração europeia, com a China e com a Rússia. Não há como enfrentar a política antinacional e antipopular, a não ser com a luta anti-imperialista da classe operária.
8. A gigantesca dívida pública se encontra no centro da crise e do estancamento econômico. O capital financeiro dita, portanto, as condições da governabilidade, seja lá qual for o governo eleito. Bolsonaro nasceu vinculado aos interesses dos seus credores. A tese do ministro Paulo Guedes é a de que, quanto mais o Tesouro Nacional seja aliviado da Previdência, dos custos assistenciais, dos gastos com o funcionalismo e dos dispêndios com a educação; quanto mais entregar as estatais para os monopólios; quanto mais livrar os empresários dos gastos com as causas trabalhistas; e quanto mais abrir a economia ao comércio internacional, melhores condições tem o País de romper os limites do baixo crescimento. Esse é o conteúdo do programa ultraliberal do governo Bolsonaro. Trata-se da ampla subordinação do Estado nacional às relações mundiais impostas pelas potências imperialistas aos países de economia atrasada e semicolonial. O estabelecimento de um governo dessa natureza revela o quanto a burguesia nacional se entrelaçou e se subordinou ao capital financeiro. A luta anti-imperialista exige a derrubada desse governo, e a constituição de um governo operário e camponês. Mesmo nas condições mais difíceis para o desenvolvimento da luta dos explorados, é necessário trabalhar sem descanso pela revolução proletária. A via eleitoral, de mudança de governo, manterá o poder da grande propriedade dos meios de produção e o domínio imperialista. A experiência com o “governo democrático e popular” do PT evidenciou que, por mais reformista que seja, não pôde contrariar os interesses do grande capital, e acabou se curvando às pressões do imperialismo. A ausência de um movimento proletário que tenha por estratégia a luta pelo governo operário e camponês põe à luz do dia a principal contradição da situação política.

Sobre a situação internacional

1. A decisão de se alinhar com os Estados Unidos indica que Bolsonaro vincula o Brasil a uma das frações do imperia-

lismo na guerra comercial. O governo Trump expressa as tendências militarizantes e fascizantes da situação mundial. As medidas de proteção ao grande capital frente à crise aberta em 2008 apenas estancaram, provisoriamente, a queda do crescimento, a redução da taxa média de lucro, e o desabamento do capital financeiro. A retomada da crise se expressa nas dificuldades de manter o crescimento mundial. O que potencia a guerra comercial e as tendências bélicas. Para Bolsonaro consolidar a subordinação do Brasil à diretriz de Trump, terá de se impor como governo policial, e fortalecer suas características fascizantes.

2. A ascensão de Bolsonaro ocorreu como parte do esgotamento dos governos nacionais-reformistas na América do Sul. O que restou se resume na adaptação total do governo boliviano Evo Morales aos condicionamentos do imperialismo, e na difícil sobrevivência de Nicolás Maduro, na Venezuela. Cuba se bate em torno ao processo de restauração capitalista. Argentina, Brasil e Chile, sob a condução da política francamente pró-imperialista, pesam em favor das diretrizes de Trump. As alterações no Mercosul são visíveis. Desmoronou a Unasul. A OEA voltou a ditar as ordens norte-americanas. Nas condições de avanço da crise mundial, o nacional-reformismo evidencia os limites de sua política protecionista, demarcados pelos monopólios, pelo capital financeiro, pela dívida pública e pelas condições de exportadores de commodities. O capitalismo da época de decomposição não comporta reformas “democrático-populares”.
3. A submissão do Brasil aos Estados Unidos sequer amenizará a crise interna. O mais provável é que agravará. O anúncio de um possível acordo com os Estados Unidos, se realizado, aumentará as pressões desindustrializantes. O mesmo se passará com o acordo entre Mercosul e União Europeia. A experiência com a política de completa submissão da Argentina aos banqueiros e credores internacionais vem se mostrando catastrófica à economia nacional e aos explorados. A derrota eleitoral de Mauricio Macri para o kirchnerista Alberto Fernández, nas primárias, representa um baque a Trump e Bolsonaro. Ocorreu no momento em que se consolidava a nova aliança francamente pró-imperialista no Mercosul, e se apertava o cerco em torno ao regime chavista na Venezuela. A falência do governo ultraliberal de Macri e a volta do peronismo ao poder agravarão a crise na América Latina. Em particular, agravarão os conflitos entre Brasil e Argentina.
4. É importante combater as ilusões de que Fernández trabalhará por uma ruptura com o imperialismo e por reformas progressivas. Essas ilusões começam a ganhar corpo no Brasil, diante dos impasses da economia, do desencanto prematuro de parcelas crescentes da população, e da continuidade da crise política. O imperialismo reforçará suas pressões sobre as frações da burguesia latino-americana, para que continuem vigentes as tendências fascizantes. A luta pela organização independente da classe operária em torno às suas reivindicações, ao programa de expropriação da burguesia, à tarefa democrática de independência nacional e à estratégia própria de poder está plenamente colocada pelas condições objetivas da crise mundial e nacional. O guia seguro se encontra no objetivo histórico de

derrotar o imperialismo e vencer a burguesia parasitária no continente, sob o programa e bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. É com esse fundamento que as massas se libertarão do nacionalismo burguês, que se manifesta na forma do nacional-reformismo, e vencerão as forças burguesas submetidas ao imperialismo.

Avaliação do movimento sindical

1. O ponto de partida da avaliação está em explicar os motivos das derrotas diante das contrarreformas de Temer e Bolsonaro. Houve traições ao movimento dos explorados, cuja maior responsabilidade recai sobre as mais poderosas centrais sindicais, entre elas a CUT.
2. Esclarecer o caráter burocrático da frente que se constituiu em abril de 2017 e em maio de 2019. A sua política se mostrou contraditória com uma frente única classista. A frente burocrática tem por conteúdo a colaboração de classes. Distintamente, a frente classista se baseia na luta de classes, e desenvolve o movimento unitário das massas com os métodos próprios de luta do proletariado.
3. A política de colaboração de classes se evidenciou na subordinação do movimento de luta contra as reformas de Temer e Bolsonaro ao jogo no Congresso Nacional e ao seu resultado. Essa linha limitou e limita a luta de classes às instituições do Estado, e a condiciona ao respeito à democracia burguesa.
4. Diante do fechamento em grande escala de postos de trabalho, das demissões em massa e do crescimento vertiginoso do desemprego e subemprego, as centrais e respectivas bases sindicais não organizaram um movimento nacional, regional e local em defesa dos empregos e salários. Puseram-se a negociar acordos de demissão e de flexibilização capitalista do trabalho. A mais recente traição ocorreu com o acordo em torno ao fechamento da Ford em São Bernardo do Campo. A omissão e os acordos de demissão resultaram da política de colaboração de classes, que deve ser varrida das organizações dos explorados.
5. A ausência de um movimento nacional contra as demissões fragilizou a classe operária. E os acordos que resultaram em demissões e redução salarial aumentaram a desconfiança dos trabalhadores nos sindicatos, que os confundem com as direções burocráticas. Não há dúvida de que o inchaço do exército de desempregados e subempregados se refletiu negativamente no ânimo dos explorados, diante da necessidade de se erguerem com a greve geral contra as reformas de Temer e Bolsonaro.
6. As traições e derrotas dos trabalhadores favoreceram e favoreceram a estabilização do governo militarista e fascizante de Bolsonaro. A direção burocrática bloqueou o avanço da organização independente da classe operária e demais explorados nas condições favoráveis de luta contra os ataques da burguesia e seu governo.
7. Trata-se de reverter esse quadro desfavorável à maioria oprimida. Para isso, é necessário começar por rechaçar a política de colaboração de classes, os acordos lesivos aos assalariados e a flexibilização capitalista do trabalho. Aprovadas as contrarreformas, a luta passa para o plano concreto de sua aplicação. Os explorados se unirão em torno às

reivindicações de emprego e salário, fim da terceirização, revogação das reformas trabalhista e da Previdência. Esse é o ponto de partida para potencializar as tendências de luta que permanecem vivas, apesar das traições e derrotas.

8. O movimento camponês, popular e estudantil ganhará força, se incorporar em suas reivindicações próprias a plataforma de luta da classe operária. A superação do corporativismo é uma das condições mais importantes para forjar a unidade dos trabalhadores da cidade e do campo contra o governo antinacional e antipopular, a burguesia entreguista e o imperialismo. É também por essa via que a classe operária e demais explorados erguerão a sua democracia, e revitalizarão a sua organização coletiva.
9. A tática frentista a ser trabalhada é a da unidade da maioria oprimida em torno à classe operária. A aliança operária e camponesa está para ser constituída. A frente única anti-imperialista permite unir a maioria oprimida contra o grande capital. A frente burocrática sindical e a frente democrática e popular eleitoreira devem ser rejeitadas.

Plano de luta

1. Organizar um movimento nacional em defesa dos empregos e salários.
Enfrentar as demissões em massa, ao desemprego e subemprego. Aprovar as bandeiras: “Emprego não se negocia, defende-se com luta”; “Ocupar as fábricas diante das demissões em massa”. Realizar uma campanha pela “redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários” e implantação da “escala móvel das horas de trabalho”. Constituir os comitês de defesa dos empregos, unindo empregados e desempregados.
2. Combater a destruição de direitos trabalhistas e previdenciários. Revogação da reforma trabalhista, previdenciária e da lei da terceirização. Essa bandeira se concretiza por meio da luta contra o desemprego e o subemprego. A defesa de “Fim da terceirização” e “Volta da contratação direta” é o ponto de partida de um movimento para pôr abaixo a reforma trabalhista e da previdência.
3. Responder ao rebaixamento salarial. Pelo fim dos acordos de redução salarial. Pela reposição das perdas salariais. Por um salário mínimo vital, calculado de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora.
4. Rechaçar as privatizações e a desnacionalização, com a bandeira de “Reestatização sem indenização, sob o controle operário da produção. Em particular, responder à entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos. Está colocada a defesa da economia nacional, sob as bandeiras de “Nenhum acordo com o imperialismo que leve à desindustrialização e desnacionalização”.
5. Enfrentar o parasitismo financeiro, que suga o País por meio do pagamento dos juros e amortizações, sustentado por meio de ataques e cortes aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Não pagamento da dívida pública e pela estatização sob controle dos trabalhadores do sistema financeiro.
6. Romper a dominação imperialista. Combater a submissão da burguesia brasileira com a bandeira de independência nacional, lutando com total independência de classe, a partir das reivindicações próprias das massas, seus métodos

de luta de classes, e sob a estratégia de poder próprio das massas, que é o governo operário e camponês, o qual será erguido por meio da revolução proletária (fim da propriedade privada dos meios de produção, sua expropriação e coletivização, destruição do Estado burguês, construção do poder próprio das massas, assentado em suas organizações independentes, e sob a democracia operária).

7. Organizar a luta contra o agravamento das condições dos camponeses. Pela retomada do movimento de ocupação de terras. Revogação das medidas de Temer contra a reforma agrária. Combater a ofensiva de Bolsonaro contra camponeses e indígenas. Nenhuma revogação das demarcações de terras. Que as nacionalidades indígenas determinem seu próprio território. Pelo direito real à autodeterminação das nacionalidades indígenas. Expropriação e nacionalização dos latifúndios.
8. Defender as condições sociais de existência da maioria oprimida. Defesa de um sistema único de saúde, público, sob o controle operário. Que os governos regularizem as ocupa-

As traições e derrotas dos trabalhadores favoreceram e favorecem a estabilização do governo militarista e fascistizante de Bolsonaro.

ções de terras. Que o poder público se responsabilize pela construção de moradias aos sem-teto. Fim dos despejos. Expropriação de todas as áreas e prédios, que servem à especulação imobiliária, sem indenização.

9. Responder aos ataques contra a educação pública. Fim do sistema privado de educação! Por um sistema único, público, vinculado à produção social, sob o controle de quem estuda e trabalha. Fim do controle e influência sobre a educação pelas igrejas! “Total liberdade de ensino, expressão e manifestação”! “Não à militarização das escolas!” “Não ao obscurantismo religioso e anticientífico”.
10. Combater a discriminação e violência contra a mulher, homossexual, negro e indígena. Unir em um só movimento as respostas contra as opressões. Fim da discriminação na contratação, no emprego e no salário; Proteção à maternidade. Fim da dupla jornada. Direito ao aborto, garantido pelo Estado. Igualdade de direitos civis ao homossexual. Emancipação da mulher da escravidão do lar, célula econômica do capitalismo. Erradicação do racismo. O fim das opressões virá com o fim da propriedade privada dos meios de produção e da sociedade de classes. Toda opressão é de classe. Na luta contra a discriminação e a violência, é necessário distinguir a concepção proletária das opressões da concepção burguesa e pequeno-burguesa.
11. Contrapor-se à violência capitalista contra os oprimidos do campo. Constituição de um tribunal popular para apurar os assassinatos de camponeses e indígenas. Direito ao armamento coletivo e à autodefesa dos camponeses e indígenas. Pela formação dos comitês camponeses e indígenas. Fim das milícias dos latifundiários.
12. Lutar pelo direito de greve. Fim de toda legislação que viola o direito de greve e manifestação dos trabalhadores. Fim das perseguições e prisões àqueles que lutam e organizem os movimentos. Total liberdade de organização sindical. Por sindicatos classistas, baseados na democracia operária.

Nesta edição:

- 79 anos do assassinato de Leon Trotsky.
- Testamento de Leon Trotsky.
- **Argentina:** A cada dia que Macri permanece no governo, a crise se aprofunda.
- **Bolivia:** O voto nulo é voto militante.
- **México:** Obrador, mais um passo do servilismo.
- **Lênin:** Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



79 anos do assassinato de Leon Trotsky

A expulsão de Lev Davidovich Bronstein, Trotsky, da União Soviética, em 1929, não foi suficiente para a consagração da vitória de Josef Stalin e seus comandados. Não apenas desencadeou uma perseguição política sem trégua, empurrando Trotsky de um país a outro, como decidiu interromper sua militância revolucionária, tirando-lhe a vida. Confinado em Coyoacán, Cidade do México, Trotsky teve de ser protegido, dia e noite, por seguranças. Não havia dúvida de que a polícia política de Stalin havia planejado sua execução. Em 24 de maio de 1940, sofreu um atentado, do qual não se sabe como escapou. Não se pode falar em milagre, porque não existe. Os agentes estalinistas entraram às escondidas em sua casa, à noite, e fuzilaram seus aposentos. Três meses depois, a GPU atingiu o seu objetivo, modificando o método pelo qual assassinaria Trotsky. Ramón Mercader foi preparado para se infiltrar disfarçado de simpatizante da Oposição de Esquerda no âmbito familiar de Trotsky. Golpeou o revolucionário, pelas costas, quando corrigia um texto levado por seu assassino. Esse método e essa forma expressaram a política da ditadura burocrática do terroir estalinista.

Como Trotsky não poderia passar pela farsa dos processos de Moscou, utilizados como máscara legal para eliminar toda velha direção bolchevique, seria, então, eliminado pela via do atentado. Em outras palavras, pela via do terrorismo. No dia 20 de agosto, Mercader desfechou-lhe um golpe no crânio. Trotsky ainda resistiu até o dia seguinte, podendo ditar um breve testamento político. “Não preciso mais uma vez refutar aqui a vil calúnia de Stalin e seus agentes: não há uma só mancha sobre minha honra revolucionária. Não entrei, nem direta nem indiretamente,

em nenhum acordo, ou mesmo em nenhuma negociação de bastidores, com os inimigos da classe operária. Milhares de adversários de Stalin tombaram, vítimas de falsas acusações. As novas gerações de revolucionários reabilitarão sua honra e tratarão seus carrascos no Kremlin como eles merecem”. (Abaixo publicamos na íntegra)



Trotsky liderou a Oposição de Esquerda Russa, de 1923 a 1925. O rompimento de Kamenev e Zinoviev com Stalin permitiu constituir uma nova aliança no campo da oposição. No entanto, a reação do aparato estalinista foi fulminante. Kamenev e Zinoviev capitulam. Trotsky é destituído do Comitê Central, em 12 de novembro de 1927, confinado em Alma Ata, em janeiro 1928, e finalmente expulso da União Soviética, em janeiro de 1929.

A burocracia estalinista foi às últimas consequências, em sua perseguição a Trotsky, porque se erguia como o continuador do leninismo, e como o mais lúcido dos dirigentes da Revolução Russa, de 1917. Em seu balanço “As Lições de Outubro”, escrito em setembro de 1924, oito meses após a morte de Lênin, prenuncia as fraquezas e as dificuldades que enfrentaria a direção do Partido Comunista russo em resolver as profundas contradições, próprias da transição ao socialismo. Stalin e aliados de primeira hora, Kamenev e Zinoviev, se insurgiram imediatamente, procurando denunciar o passado de Trotsky, como se fora um menchevique orgânico. Estava aberto um conflito na direção, que se iria ampliar e aprofundar nos anos seguintes, diante da diretriz econômica, do planejamento centralizado, da solução da questão camponesa, da reação às pressões do imperialismo, do afastamento do perigo da burocratização, e de como evitar a decomposição da democracia soviética. Nesse terreno, Trotsky liderou a constituição da Oposição de Esquerda Russa, de 1923 a 1925. O rompimento de Kamenev e Zinoviev com Stalin permitiu constituir uma nova aliança no campo da oposição. No entanto, a reação do aparato estalinista foi fulminante. Kamenev e Zinoviev capitulam. Trotsky é destituído do Comitê Central, em 12 de novembro de 1927, confinado em Alma Ata, em janeiro 1928, e finalmente expulso da União Soviética, em janeiro de 1929.

A derrota da Oposição de Esquerda Russa se deu num quadro de substituição do centralismo democrático pelo centralismo burocrático. As divergências levantadas por Trotsky se davam inteiramente no campo dos princípios, dos fundamentos e do programa marxista-leninista. De maneira que as acusações da burocracia, de que se tratavam de inimigos da revolução, eram recursos típicos de adversários que violavam a tradição bolchevique do direito de divergência, e de constituição de fração no seio do partido, segundo o funcionamento regido pelo centralismo democrático. Os acontecimentos posteriores vão expor de maneira completa que a fração estalinista dominante constituía um desvio e a negação do marxismo-leninismo. No fundo dessa negação, estava a substituição do internacionalismo socialista pelo nacionalismo socialista.

A vitória de Stalin sobre a Oposição de Esquerda possibilitou realizar uma revisão antimarxista dos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista e, finalmente, liquidar a III Internacional, em junho 1943. No final de novembro desse mesmo ano, realizou-se a Conferência de Teerã, em que Roosevelt, Churchill e Stalin decidiram o início da nova partilha do mundo. A dissolução da III Internacional serviu para Stalin demonstrar que a União Soviética não estava voltada a impulsionar a luta de classes mundial. O acordo de partilha expressou o conteúdo histórico da guerra imperialista. Stalin levava o Estado Operário a se colocar no campo da guerra imperialista, contrariando o programa formulado por Lênin no período da 1ª Guerra Mundial, e confirmado pela Revolução de Outubro.

A partir de 1933, com ascensão de Hitler, na Alemanha, Trotsky orienta a Oposição de Esquerda a constituir a IV Internacional. A política de Stalin, e, portanto, da direção da III Internacional, burocratizada, expôs com toda a clareza a incapacidade de dirigir a luta do proletariado contra o nazifascismo. Em 3 de setembro de 1938, na Conferência de Paris, foi aprovado o “Programa de Transição para a Revolução Socialista” e fundada a IV Internacional. Houve resistência nas fileiras da Oposição de Esquerda Internacional, sob o argumento de que não havia amadurecido suficientemente para dar um passo dessa magnitude. Trotsky e os camaradas mais próximos tinham clareza de que, distintamente da formação a III Internacional, a IV nascia na contracorrente, impulsionada pelo fortalecimento das tendências fascizantes, de um lado, e da consolidação da ditadura burocrática na URSS, de outro. Os agrupamentos que faziam parte da Oposição de Esquerda Internacional careciam da penetração na classe operária, e não se haviam constituído em partidos-programa.

A evolução do POUM (Partido Operário Unificado Marxista) para o centrismo e, finalmente, a derrota da revolução espanhola, em 1939, foram um duro golpe no processo de construção da IV Internacional. Ao mesmo tempo, permitiram a Trotsky desenvolver o programa da revolução proletária, realizar uma consistente crítica ao centrismo, e demonstrar o papel nefasto do estalinismo. O *Programa de Transição* expressaria o período da história em que as premissas da revolução socialista estavam plenamente maduras, enquanto que a humanidade mergulharia na mais profunda crise de direção revolucionária.

Os assassinatos de Trotsky e de centenas de abnegados dirigentes da Revolução de Outubro fizeram parte da poderosa regressão na luta do proletariado mundial.

A IV Internacional não teve como sobreviver após a liquidação física de seu principal cérebro. Não sobreviveu organizativamente, mas se manteve firme no *Programa de Transição*, e alicerçada na luta da Oposição de Esquerda ao revisionismo estalinista. Os impactos da II Guerra Mundial, e o fortalecimento conjuntural da ditadura burocrática na URSS, testaram a consistência política e ideológica da direção, que tinha em suas mãos a tarefa de fortalecer a IV Internacional, por meio da construção de suas seções. O surgimento de uma tendência que passou a considerar o estalinismo como uma condição imprescindível da época de transição e, portanto, destinada a



A IV Internacional não teve como sobreviver após a liquidação física de seu principal cérebro. Não sobreviveu organizativamente, mas se manteve firme no Programa de Transição, e alicerçada na luta da Oposição de Esquerda ao revisionismo estalinista.

cumprir um papel progressivo, pôs às claras a incapacidade da direção de compreender e assimilar o caráter contrarrevolucionário do estalinismo. Durante os anos de 1950 e 1960, a IV Internacional seria abalada pela luta fracional, que acabaria por desintegrá-la. As pressões do centrismo prevaleceram de tal forma sobre suas frações, que não foi possível dar continuidade à luta de Trotsky. O fato do POR da Bolívia ter ficado à margem desse processo impossibilitou que suas conquistas programáticas e organizativas constituíssem um pilar de sustentação da IV Internacional.

O movimento revolucionário passou a carecer do Partido Mundial da Revolução Socialista, que foi erguido entre 1919 e 1922, sob a direção de Lênin e Trotsky. Na América Latina, essa ausência obstaculizou a vanguarda marxista em responder à Revolução Cubana, cuja direção castro-guevarista não foi capaz de se opor à estalinização. À exceção do POR boliviano, as correntes centristas, que continuaram impropriamente a se reivindicar do trotskismo, mergulharam no mais profundo oportunismo. Afastaram-se do marxismo-leninismo-trotskismo, ao ponto de, hoje, se tornarem reféns do reformismo, do eleitoralismo, da democracia burguesa e do burocratismo sindical. Não mostram nenhum interesse em lutar concretamente pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Com a desintegração da URSS e o avanço da restauração capitalista, os partidos comunistas se decompueram, a tal

ponto que os mais importantes renegaram a revolução proletária, e se integraram totalmente no campo da socialdemocracia. Aqueles que não seguiram esse curso não puderam se libertar da herança estalinista, embora muitos deles tenham procurado apagar as marcas dessa herança.

A vanguarda revolucionária chega a essa situação extremamente difícil, marcada pelo aprofundamento da crise de direção, após 79 anos do assassinato de Trotsky. As premissas para a revolução proletária estão mais do que maduras, como assinalou, em 1938, o *Programa de Transição*. A tarefa de superar a crise de direção é bem clara. A vanguarda, que se reivindica do marxismo, tem de retomar a extraordinária experiência do marxismo-leninismo-trotskyismo na construção do partido em cada país, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

79 anos do assassinato de Leon Trotsky

A decomposição econômica do capitalismo empurra-o para a aberta guerra comercial e novas conflagrações militares. As massas estão diante de brutais contrarreformas. Avança a pobreza e a miséria. Em toda a parte, se erguem movimentos de resistência. Apoiada nas tendências instintivas de revolta dos explorados, a vanguarda encontra as condições para fazer jus ao combate de Trotsky ao estalinismo e à destruição da III Internacional.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional vem trilhando esse caminho, apoiando-se nas conquistas programáticas do POR boliviano, que em todo esse percurso da crise de direção se mostrou um firme adversário ao estalinismo e ao centrismo.

Viva a IV Internacional!

TESTAMENTO DE LEON TROTSKY

Minha pressão sanguínea elevada (e que continua a se elevar) engana àqueles que me são próximos sobre minhas reais condições físicas. Estou ativo e capaz de trabalhar, mas o fim está evidentemente próximo. Estas linhas serão tornadas públicas após minha morte.

Morro revolucionário proletário, marxista, partidário do materialismo dialético e, por consequência, ateu irredutível.

Não preciso mais uma vez refutar aqui a calúnia vil de Stalin e seus agentes: não há uma só mancha sobre minha honra revolucionária. Não entrei, nem direta nem indiretamente, em nenhum acordo, ou mesmo em nenhuma negociação de bastidores, com os inimigos da classe operária. Milhares de adversários de Stalin tombaram, vítimas de falsas acusações. As novas gerações revolucionárias reabilitarão sua honra política, e tratarão seus carrascos do Kremlin como eles merecem.

Agradeço ardentemente aos amigos que se mantiveram leais nas horas mais difíceis de minha vida. Não cito nenhum em particular, porque não os posso citar todos.

Apesar disso, considero-me no direito de fazer exceção para o caso de minha companheira, Natália Ivanovna Sedova. Além da felicidade de ser um combatente da causa do socialismo, quis a sorte me reservar a felicidade de ser seu esposo. Durante quarenta anos de vida comum, ela permaneceu uma fonte inesgotável de amor, magnanimidade e ternura. Sofreu grandes dores, principalmente no último período de nossas vidas. Encontro algum conforto no fato de que ela conheceu também dias de felicidade.

Nos quarenta e três anos de minha vida consciente, permaneci um revolucionário; durante quarenta e dois destes, combati sob a bandeira do marxismo. Se tivesse de recommençar, procuraria evidentemente evitar este ou aquele erro, mas o curso principal de minha vida permaneceria imutável. Morro revolucionário proletário, marxista, partidário do materialismo dialético e, por consequência, ateu irredu-

tível. Minha fé no futuro comunista da humanidade não é menos ardente; na verdade, ela é hoje mais firme do que foi nos dias de minha juventude.

Natascha acabou de chegar pelo pátio até a janela e abriu-a completamente, para que o ar possa entrar mais livremente em meu quarto. Posso ver a larga faixa de verde sob o muro, sobre ele o claro céu azul, e por todos os lados, a luz solar. A vida é bela, que as gerações futuras a limpem de todo o mal, de toda opressão, de toda violência e possam gozá-la plenamente.

Leon Trotsky, Coyoacán, 27 de fevereiro de 1940.

Post Scriptum

Diante da natureza de minha doença (pressão sanguínea elevada e em constante elevação), parece-me que o fim chegará de repente e, provavelmente – é ainda uma hipótese pessoal –, por uma hemorragia cerebral. É o melhor dos fins que eu poderia desejar. É possível, entretanto, que eu me engane (não tenho a menor vontade de ler livros especializados, e os médicos naturalmente não me dirão a verdade). Se a esclerose tiver de assumir um caráter prolongado, e eu for ameaçado de uma longa invalidez (neste momento, pelo contrário, sinto até uma intensa energia espiritual devida ao subir da pressão, mas isso não durará muito), reservo-me o direito de determinar por mim mesmo o momento de minha morte. O “suicídio” (se é esse o termo apropriado) não será, de maneira alguma, a expressão de uma explosão de desespero. Natascha e eu já nos dissemos, mais de uma vez que, se chegada a uma tal condição física, preferiremos encurtar a própria vida, ou mais exatamente, o longo processo da agonia. Mas, sejam quais forem as condições de minha morte, morrerei com uma fé inquebrantável no futuro comunista. Esta fé no homem e em seu futuro dá-me, mesmo agora, uma tal força de resistência, que religião alguma poderia me fornecer.

Leon Trotsky, 3 de março de 1940.

Argentina

A cada dia que Macri permanece no governo, a crise se aprofunda Que a rejeição das urnas se manifeste nas ruas, para expulsá-lo já!

Estamos diante de um governo falido. Sua continuidade é um perigo, pelo dano que causa à economia, a cada dia que passa. Não se pode esperar, de braços cruzados, 4 meses. Há que impedir sua continuidade, e expulsá-lo imediatamente!

O resultado da eleição é um golpe muito forte no imperialismo ianque, que apostou na vitória de Macri, peça-chave na sua ofensiva sobre a América Latina. Trump o fez de forma explícita, e ordenou ao FMI que violasse seus próprios estatutos, para emprestar à Argentina tudo que fosse preciso para sustentar o preço do dólar. Bolsonaro, Piñera e Duque manifestaram publicamente seu apoio à candidatura de Macri. É um duro golpe à mais concentrada oligarquia latifundiária, ao capital financeiro, às multinacionais, especialmente às petrolíferas e às de energia.

A consequência da derrota de Macri, representante direto do capital financeiro, é o aprofundamento da crise econômica que se vive. A desvalorização do peso trará a massiva remarcação de preços. Também haverá fuga de milhões de dólares das reservas. Prosseguirão rifando o país.

Há que adotar medidas urgentes para evitar um desastre maior. As CGT e CTAs devem convocar a greve geral para exigir as seguintes medidas:

1. Congelamento de preços e tarifas. Impedir que se continuem transferindo as desvalorizações aos preços dos produtos e às tarifas;
2. Impedir o desabastecimento dos produtos essenciais;
3. Impedir que saia um só dólar do país. Basta de especulação e fuga de capitais;
4. Desconhecimento da dívida externa e das dívidas em bônus, que estão destruindo a economia;
5. Aumento geral de salários e aposentadorias;
6. Nacionalização do sistema financeiro e do comércio exterior.

O rechaço que se expressou nas urnas deve ganhar as ruas. O governo está totalmente incapacitado para continuar. Macri não deve continuar um só dia a mais! Essa é a questão, e não

como se preparar a campanha eleitoral, até outubro.

Fernández-Fernández derrotaram Macri por uma margem muito ampla, que seguramente não poderá ser revertida. Dois terços da população votaram contra Macri e seu governo. O oficialismo somente conseguiu 33% dos votos.

O voto na chapa peronista foi um instrumento para punir o macrismo, expressando uma profunda rejeição à sua política. Existem grandes ilusões de que eles farão um governo que comece a resolver a crise. Mas, enfatizamos que a única via para derrotar a política de ajustes do FMI é a ação direta das massas.

Não estamos diante de uma vitória popular, porque quem ganhou são defensores da grande propriedade, respeitadores

Rejeitamos qualquer medida que garanta a governabilidade de Macri até dezembro. Devemos paralisar o país!

da dívida externa. Mais de 90% dos votos foram para os candidatos que defendem o capitalismo.

Não podemos esperar 4 meses para que assuma o novo governo. Macri já não podia governar, era sustentado artificialmente pelo FMI, que dirigia toda sua política. Agora, estamos diante de uma virtual dissolução do governo, que já não tem nenhuma autoridade.

Rejeitamos qualquer medida que garanta a governabilidade de Macri até dezembro. A atitude passiva dos vencedores da eleição e da direção sindical será responsável pela continuidade da decomposição da economia. O voto popular foi contundente, não querem mais as políticas de entrega e contra os trabalhadores, de endividamento e ajustes permanentes.

Basta de submissão ao FMI e aos “mercados”!

Devemos paralisar o país por tempo indeterminado, para expulsá-los imediatamente! A vontade popular de sair à luta está viva, como foi demonstrado na última greve geral e nas mobilizações massivas dos últimos meses.

(Extraído do Jornal Massas, nº 357,
órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)



Bolívia

O voto nulo é voto militante

- O voto nulo é daqueles que estão seguros de que o próximo governo, vença quem vencer, será mais do mesmo, servil às multinacionais, aos oligarcas do Oriente e da burguesia nacional.
- Daqueles que não acreditam que, entre Mesa, Evo, Ortiz e os demais candidatos, haja um mal menor.
- Daqueles que não servem de escada a politiqueiros carreiristas e vendidos.
- Daqueles que acreditam que é urgente preservar a nossa independência política, diante de todos os partidos burgueses.
- Daqueles que dizem que é preciso se preparar para lutar contra o próximo governo, seja ele qual for, porque, de antemão, sabemos que será um governo antioperário, antipopular e antinacional.
- Daqueles que não acreditam que votar sirva para mudar ou melhorar algo, daqueles que não se deixam enganar com as falsas promessas dos politiqueiros.
- Daqueles que acreditam que o país necessita de uma mudança pela raiz, uma revolução social, que ponha em pé um novo Estado, sobre a base da nacionalização sem indenização dos recursos naturais, da expropriação dos latifúndios, para criar grandes empresas agropecuárias com tecnologia de ponta, do estabelecimento do monopólio estatal do comércio exterior, e da planificação da economia.
- Daqueles que acreditam que a verdadeira democracia e seus benefícios para a grande maioria nacional se dará sobre a base da democracia direta dos órgãos de poder, criados pelos operários, camponeses e classe média, onde os representantes sejam revogáveis, e não recebem remunerações maiores que o salário médio de um trabalhador qualificado.

É verdade que o voto nulo ou em branco vai para o ganha-

dor? Não é verdade. É totalmente falso. O voto nulo/branco não vai para ninguém, mas tem um profundo significado político. Significa dizer aos opressores, aos politiqueiros ladrões, que já não acreditamos mais em suas promessas demagógicas. Vão para o inferno! Somos livres, e nos propomos a lutar por nossas necessidades, diante do governo que surja da farsa eleitoral.

O que significa esta ideia de que para punir Evo temos de votar contra ele, e por isso o voto nulo favorece Evo? Significa que quem pensa assim continua sendo prisioneiro dos dogmas burgueses sobre a democracia e seus métodos de constituir um governo. Não se dão conta de que Evo, assim como os opositores, são a mesma porcaria. Que, para os explorados e oprimidos, não há alternativa. É preciso ser muito ingênuo para punir um carrasco colocando outro no poder.

O que fazer depois das eleições? A grande maioria está convencida de que as eleições são uma farsa. Que Evo procura se impor, montando uma fraude e, assim, dá de ombros, porque sente que, saia o que saia, terá de combater para impor as grandes necessidades das massas. O primeiro passo será organizar a luta. Para isso, é preciso recuperar a independência política e sindical de nossas organizações sindicais e sociais, expulsando os burocratas vendidos, que usurparam estes instrumentos, para colocá-los a serviço do MAS, em troca de algumas vagas no Parlamento.

A COB deve voltar a ser o instrumento unitário de luta dos trabalhadores e de todos os oprimidos. Há que recuperar a sua condição de organização que aglutina em seu seio o conjunto dos explorados, como um verdadeiro órgão de poder do conjunto da nação oprimida, contra os opressores nacionais e o imperialismo.

(Extraído do Jornal Massas n. 2.599, do Partido Obrero Revolucionario da Bolívia)

México

OBRADOR, MAIS UM PASSO DO SERVILISMO

Em junho, foi aprovado o tratado comercial norte-americano (T-MEC) entre México, Estados Unidos e Canadá. O acordo foi precedido por uma ameaça do governo Trump, de aumentar as tarifas às importações mexicanas, caso o governo de López Obrador não tomasse medidas para bloquear o fluxo de imigrantes. E deu prazo de 45 dias, para ser votada no Congresso mexicano, a lei do “Terceiro país seguro”, que dá status de refugiados aos imigrantes centro-americanos que usem o México de passagem para entrar nos Estados Unidos.

O governo de Obrador aceitou os termos de Trump. Houve um aumento de 33% nas deportações (21.912 imigrantes), e 23% nas prisões de estrangeiros (29 mil). A repressão, inclusive, fez sua primeira vítima: foi assassinado um imigrante hondurenho pelas forças da Polícia Federal, em Saltillo, a 300 quilômetros dos Estados Unidos.

Está absolutamente claro que Trump impôs ao México que se convertesse em parte do “muro” anti-imigrante. Se o governo Obrador tivesse ensaiado qualquer resistência, o imperialismo

teria usado sua força econômica, e a interdependência de ambas as economias, para provocar um agravamento da profunda crise que já desgraça o México. A burguesia monopolista norte-americana é ciente do quanto a economia mexicana, praticamente estagnada, depende de seus investimentos e mercados. O PIB do México cresceu apenas 0,1%, nos primeiros seis meses do governo de Obrador. Há uma queda de 3,4% nas chamadas atividades “primárias” (matérias-primas e commodities agrícolas e petrolíferas), permanece a estagnação na produção industrial, e o crescimento foi de pífio 0,2% nos serviços. Os preços internos aumentaram em 4%: a cifra mais alta na América Latina, depois da Argentina. No que diz respeito à situação de vida das massas, 57% não têm acesso à Previdência, o salário de 48,8% dos trabalhadores está abaixo da linha da pobreza, o número de pobres cresceu, de 49,5 a 52,4 milhões, nos últimos 10 anos, a carestia atinge 42% da população, e mais da metade da força de trabalho trabalha na informalidade – embora seja responsável por 20% do PIB. Três quartas partes das nacionali-

dades indígenas sobrevivem na mais absoluta miséria (no caso das mulheres, a pobreza atinge cerca de 80%).

Se bem que as exportações mexicanas aos EUA superaram, nos primeiros meses de 2019, US\$ 308,9 bilhões – em grande parte, um reflexo do agravamento da guerra comercial entre China e EUA, que reduziram 13% seus intercâmbios comerciais –, manter esse crescimento depende das decisões do governo norte-americano, e suas viradas em política exterior. Depende, portanto, dos interesses monopolistas e do capital financeiro e reflete, assim, uma conjuntural mudança nas relações políticas mundiais. Não por acaso, a indústria mexicana não passa hoje de um elo na cadeia das montadoras de peças, componentes e produtos semielaborados, em sua grande maioria importados. Reflexo da divisão mundial do trabalho, imposta de fora para dentro pela força dos monopólios, que não apenas controlam os ramos econômicos-chaves do país, como os intercâmbios e mercados mundiais.

Estão à luz do dia as determinações materiais e relações sociais e políticas que colocam a completa subserviência da burguesia mexicana ao imperialismo

norte-americano. Sendo o atual governo apenas uma das variantes da política burguesa, que tem por fundamento a defesa da grande propriedade privada dos meios de produção. O governo Obrador, que posou de reformista, é impotente para romper os elos da opressão imperialista. Medida que exige a expropriação e estatização da grande propriedade monopolista, a revolução agrária e nacionalização dos bancos e comércio exterior. Não restou ao “esquerdista” Obrador outra atitude, senão se ajoelhar diante dos EUA.

O servilismo de Obrador agravará ainda mais a opressão nacional e social. As massas não ficarão passivas perante os ataques. Já em fevereiro, no início do governo reformista, 50 mil operários paralisaram inúmeras fábricas, exigindo *“aumento salarial de 20%, e o pagamento do abono anual (...) que se pagassem os dias parados, que não houvesse represália aos grevistas”* (Boletim do Comitê de Enlace, nº 25, de fevereiro de 2019).

Na base do movimento grevista, se achavam as miseráveis condições trabalhistas, impostas aos assalariados pelas multinacionais. Quase 90% dos atuais contratos coletivos têm por princípio jurídico o da “proteção patronal”, que inibe a organização autônoma dos assalariados, e favorece os interesses dos capitalistas nas negociações. Obrador disse que pretende acabar com esse estado de coisas. Recentemente, apresentou um projeto de Lei Federal do Trabalho (LFT), cujo objetivo é o de acabar com as *“relações trabalhistas feudais”*, e a *“extorsão”* dos sindicatos a seus filiados. Por outro lado, a LFT eliminaria as atuais *Juntas de Conciliação e Arbitragem* (que dependem do poder executivo), e estabeleceria tribunais especializados, formados pelas partes envolvidas (Estado, empresários e sindicatos).

Ocorre que a burocracia sindical dominante está estreitamente ligada aos partidos tradicionais da ordem burguesa, a exemplo do Partido da Revolução Institucional-PRI. Constitui-se, portanto, em um instrumento da disputa interburguesa e de enfraquecimento do atual governo. Nesse sentido, é provável também que Obrador pretenda, com a LFT, favorecer a formação de novos sindicatos e, por essa via, pôr de pé uma base sindical própria. Não se deve esquecer que a democrati-

zação e independência política e organizativa dos sindicatos não virão da política burguesa. Virão da luta pela conquista dos sindicatos para a luta de classes, e da estruturação de uma direção classista e revolucionária.

Tudo indica que, se aprovada, a nova lei permitirá ao governo usá-la como um instrumento para abortar as tendências instintivas de luta das massas, e institucionalizar os conflitos operários que, certamente, começarão explodir, em face do avanço do T-MEC. A experiência da greve de Matamoros demonstrou à burguesia e ao governo de Obrador que, nas condições de alta da luta de classes, os sindicatos podem não conseguir controlar as massas.

Garantir os acordos do T-MEC exige, portanto, que o governo reformista de Obrador imponha e garanta a “paz social”. Não por acaso, foi aprovada recentemente uma lei que impõe pena entre 6 e 13 anos de prisão, contra quem “pratique” bloqueios

Passados seis meses no comando do Estado, o governo de Obrador demonstrou submissão aos ditames dos monopólios e do capital financeiro.

contra indústrias “estratégicas” (petróleo), ou obras públicas e privadas: a mesma pena aplicada aos homicídios simples. Observa-se, assim, que há uma relação de mútuo condicionamento, entre os acordos realizados no campo da política exterior, e as medidas repressivas aprovadas e aplicadas na política interior.

Passados seis meses no comando do Estado, o governo de Obrador demonstrou submissão aos ditames dos monopólios e do capital financeiro. Na verdade, trata-se de um processo mais geral, em que burguesia imperialista não pode tolerar qualquer entrave nacionalista a seus interesses.

Um após outro, os países semicoloniais vêm sendo obrigados a abrir suas fronteiras, desnacionalizar ainda mais suas economias, e apoiar as medidas exigidas pelo imperialismo norte-americano, como parte da guerra comercial com a União Europeia, a China e Rússia. Trump vem enquadrando a maioria dos países latino-americanos. O recentemente eleito presidente de El Salvador, Nayib Bukele, na semana passada, assinou um acordo com os Estados Unidos, para seja aprovada a lei do *“Terceiro país seguro”*. Nos próximos meses, se avançará pelo mesmo caminho a Guatemala e Honduras.

Não há como impor a autodeterminação nacional da nação oprimida, sem romper com o imperialismo, e avançar na expropriação da grande propriedade privada monopolista dos meios de produção, transformando-a em propriedade coletiva. A burguesia e suas diversas variantes políticas não têm como cumprir essa tarefa. Eis por que caem por terra, uma após outra, as promessas eleitorais do farsante Obrador. Demonstra-se um governo tão entreguista, antioperário e antipopular, como foram seus antecessores.

No México, como no Brasil, Argentina etc., a vanguarda tem pela frente a tarefa de construir o partido revolucionário. Uma boa compreensão do lugar que ocupa o governo reformista de Obrador é muito importante. Permitirá ajudar os explorados a superarem as ilusões democráticas, e se organizarem no campo da independência política perante a burguesia mexicana e o imperialismo. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional trabalha nesse sentido.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal *Massas*, nº 592, mostramos a importância do Projeto de Teses, de 4 de março de 1917, e das Cartas de Longe, escritas entre 7 e 26 de março. Colocou-se em discussão, numa reunião de bolcheviques exilados, a redação da “Carta de despedida aos operários suíços”, em 26 de março. Na viagem de retorno à Rússia, Lênin escreve as “Teses de Abril”. Ao chegar em Petrogrado, no dia 3 desse mês, procurou imediatamente reunir os bolcheviques, para expor a análise da nova situação, e determinar a linha do partido. O Comitê de Petrogrado, assim, convoca a Conferência de 14 e 22 de abril. Aprovam-se as diretrizes das “Teses de Abril”. Em seguida, se realiza, entre 24 e 29, a Sétima Conferência de Toda Rússia do POSDR (bolchevique). Armava-se a revolução, sob o programa marxista. Em sua essência, Lênin demonstra que a consigna de ditadura do proletariado e do campesinato estava superada pela revolução democrática burguesa de fevereiro. Tratava-se de desenvolver a estratégia da revolução proletária, portanto, da conquista do poder e estabelecimento da ditadura do proletariado. O problema estava em que a classe operária ainda não se encontrava suficientemente organizada e consciente da tarefa.

Esse passo na formulação estratégica na Conferência de Petrogrado possibilitará unir os bolcheviques como um todo na Sétima Conferência. Em seu informe, 24 de abril, Lênin insistirá na absoluta necessidade de determinar o “caráter de classe do governo”. Os mencheviques e aliados, ao contrário, tudo faziam para ocultar o conteúdo burguês do governo, que nasceu da revolução democrática. O oportunismo para desenvolver sua política de conciliação de classes necessita esconder dos explorados a natureza de classe do governo. Em seu informe, Lênin expõe a resolução aprovada na Conferência de Petrogrado. Nota-se que a explica didaticamente. Era preciso descrever as características concretas do governo provisório. Faz a leitura dos seguintes pontos:

“1) que o governo provisório é, por seu caráter de classe, o órgão de dominação dos latifundiários e da burguesia;

2) que o governo provisório e as classes por ele representadas se acham indissoluvelmente ligados, econômica e politicamente, ao imperialismo russo e anglo francês;

3) que o governo provisório realiza o programa, proclamado por ele mesmo, só parcialmente, e sob a pressão do proletariado revolucionário e, em parte, da pequena burguesia;

4) que as forças da contrarrevolução burguesa e latifundiária, que se organizam à sombra do governo provisório, e com evidente tolerância deste, já lançaram um ataque contra a democracia revolucionária;

5) que o governo provisório ilude com a data da eleição para a Assembleia Constituinte; impede o armamento geral do povo; se opõe a que toda terra passe para as mãos do povo, procurando impor-lhes a solução latifundiária do problema agrário; sabota a implantação da jornada de 8 horas; facilita a propaganda contrarrevolucionária (...) no exército, organiza os oficiais superiores contra os soldados; etc...”.

O outro aspecto decisivo era o de desmascarar a posição do governo provisório, diante da guerra. Assim, seria explicitada a relação entre o caráter burguês do governo e os interesses imperialistas da burguesia russa. Lênin passa a ler e explicar o projeto de resolução sobre a guerra. Destaquemos alguns aspectos:

“A guerra atual é, da parte de ambos os grupos de potências beligerantes, uma guerra imperialista, isto é, uma guerra que os capitalistas travam pelo domínio do mundo, pela repartição do espólio capitalista, pela conquista dos mercados mais vantajosos ao capital financeiro, e pela dominação das nacionalidades mais débeis”.

(...)

“O fato de que o novo governo prosiga com a mesma guerra imperialista, isto é, uma guerra de rapina, de conquista, mostrou que o governo, não só não tornou públicos os tratados secretos assinados pelo ex czar Nicolau II com os governos capitalistas da Inglaterra, França, etc., senão que, inclusive formalmente, ratificou esses tratados. Isso foi realizado sem consultar a vontade do povo, e com a clara intenção de enganá-lo, uma vez que é bem conhecido que os tratados assi-

nados pelo ex czar são tratados ultrajantes, próprios de bandidos, que deixam as mãos livres dos capitalistas russos para saquearem a China, Pérsia, Turquia, Áustria, etc.”

“Por essa razão, um partido proletário que não queira romper completamente com o internacionalismo, isto é, com a solidariedade fraternal dos operários de todos os países em luta contra o jugo do capital, não pode apoiar a guerra atual ou o governo atual, ou seus empréstimos, sejam quais forem os termos pomposos que se utilizem para anunciar esses empréstimos”.

Lênin ressalta a importância de denunciar as manobras do governo que, em palavras, diz “renunciar às anexações, à conquista de países estrangeiros, ou à retenção pela força de qualquer nacionalidade, dentro das fronteiras da Rússia”. Com esse programa, os bolcheviques teriam de travar a luta contra a política hegemônica nos soviets, que o amarravam ao governo burguês e à sua política de guerra. Estrategicamente, era preciso criar as condições para que os soviets tomassem o poder, e assim avançar no sentido da transição ao socialismo.

(As citações foram extraídas da Obras Completas, Lênin, tomo XXV, Akal Editor)